

JACUPIRANGA/SP

**PLANO
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

2014/2024



JACUPIRANGA/SP

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ CANDIDO MACEDO FILHO

Prefeito

EUNIVIA DE SOUZA MARIANO PEREIRA

Diretora do Departamento de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA

Avenida Hilda Mohring de Macedo, 777 – Vila Elias

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JACUPIRANGA

Avenida Tancredo Carravieri, 470 – Flor da Vila



AGRADECIMENTOS

*A*gradecemos de uma forma especial a todos os envolvidos na elaboração de Plano, o qual demonstra além do compromisso, o desejo de se buscar a cada dia, a cada passo, uma educação de qualidade, sendo o principal objetivo e meta, a construção de um cidadão dotado de conhecimento, sendo crítico e atuante no crescimento de nosso município.



MENSAGEM

*P*ensar em qualidade na educação, nos remete ao sinônimo de excelência, sendo que instituições de ensino devem ser espaços de criação para os educandos, um ambiente onde a aprendizagem concretize-se para uma sociedade fortalecida e culta, amparados por sistema de ensino que vise e busque esta excelência.

Em primeiro lugar, devemos aprender a ser como uma pessoa repleta de qualidades e capacidade para superar desafios e relacionar-se. Segundo Jacques Delors, no século 21, os quatro princípios para o sucesso no processo de aprendizagem: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver e Aprender a ser, unidos ao trabalho pedagógico do professor, subsidiados por Políticas Públicas eficientes, com certeza teremos uma educação onde o aprendizado seja efetivado com eficiência e prazer para todos.

Vivemos em uma sociedade de saber e movimentos, uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagens, na qual as consequências para a escola, para o professor e a para a educação em um modo geral são enormes. Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informações, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes. A garantia desta melhoria na qualidade da educação deve ser realizada em todos os níveis da esfera, e é através da construção e desenvolvimento participativo de todos, que se constrói uma educação forte para vencer as suas questões críticas bem como a aplicação de toda a proposta.

Ter como resultado da aprendizagem um ser com visão de mundo, com incentivo a discussão de temas atuais, direito a livre manifestação e ao respeito à opinião alheia tornando-o mais fraterno e humano, iniciado e medido na escola, e consequentemente transferida para outras dimensões em sua vida.

EUNIVIA DE SOUZA MARIANO PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE JACUPIRANGA



SUMÁRIO

❖ APRESENTAÇÃO	6
❖ LEIS	7
❖ <i>Constituição Federal 1988 – Art. 211</i>	7
❖ <i>Leis de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 – Art. 87</i>	7
❖ <i>Lei 10.172/2001 – Art. 5</i>	7
I – ASPECTOS DO MUNICÍPIO	8
<i>1 – Identificação do Município</i>	8
1.1. – <i>Denominação do Município</i>	8
1.2. – <i>Criação</i>	9
1.3. – <i>Evolução histórica e urbanização</i>	9
1.4. – <i>Formas de ocupação</i>	11
II – NÍVEIS DE ENSINO	29
❖ Educação básica	29
1- Ensino Infantil	29
1.1. – <i>Diretrizes</i>	30
1.2. – <i>Objetivos e Metas</i>	30
1I – Ensino Fundamental	37
2.1.– <i>Diretrizes</i>	37
2.2.– <i>Objetivos e Metas</i>	37
1III- Ensino Médio	49
3.1.– <i>Diagnóstico</i>	50
3.2.– <i>Princípios para um currículo comprometido com seu tempo</i>	52
3.3. – <i>Objetivos e Metas</i>	63
❖ Ensino Superior	69
III – MODALIDADES DE ENSINO	70
1 - Ensino de Jovens e Adultos	70
1.1.- <i>A organização em ciclos</i>	71
1.2.– <i>Objetivos e Metas</i>	71
2 – Educação Profissional e Tecnológica	75
2.1.- <i>Educação Profissional e Tecnológica em Jacupiranga</i>	76
IV – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	77
1 – <i>Objetivos e Metas</i>	80
V – FÓRUNS TEMÁTICOS	82
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	85



APRESENTAÇÃO

*P*lano Municipal de Educação – PME é um documento que visa contemplar os anseios da sociedade, e está embasado em sua história cultural e na busca de uma sociedade mais igualitária, garantindo seus direitos, preceituada pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205, 206 incisos I a VIII e 208 incisos I a VII, parágrafos 1º, 2º e 3º e na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96.

Considerando a necessidade do estabelecimento de registros da intenção política no âmbito educacional, em termos de aporte de recursos financeiros, nos limites e capacidades para responder ao desafio de oferecer uma educação de qualidade, o PME constitui um instrumento de planejamento visando às diretrizes previstas nos objetivos educacionais para atingir as metas estabelecidas.

O PME do município de Jacupiranga/SP é resultado de uma construção coletiva envolvendo todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo, diagnosticando a realidade educacional e propondo diretrizes e metas para a educação do município nos próximos dez (10) anos. Originou-se do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, o qual determina pressupostos, diretrizes e metas, para que cada município construa o seu plano de educação. Essa elaboração cumpriu a legislação e permitiu pensar a educação no município, e projetá-la para um futuro próximo, atendendo os anseios e sendo coerente com toda conjuntura social, política e cultural.

Este plano é a proposta de ação da educação para a década de 2014 a 2024 e caracteriza-se pela elaboração coletiva e como o projeto de educação do município.



LEIS

❖ Constituição Federal de 1988

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

❖ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

❖ Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Art. 5º Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.



I – ASPECTOS DO MUNICÍPIO

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:

1. Identificação do Município.

1.1 Denominação do Município.

A denominação da cidade remonta a suas origens indígenas, devido à existência de pássaros jacus da cor vermelha, através da junção dos termos *ya'ku* ("jacu") e *pyrang* ("vermelho").

A LENDA DO JACUPIRANGA

Era dia de festa na aldeia pelo fim da desova dos peixes. Os índios, todos jovens, tinham vindo a alguns anos, fugindo de uma doença que atacou a tribo. Tyu, filho do cacique, já estava crescido e entrou no mato à procura de material para enfeitar-se. Encontrou uma ave morta e dela retirou penas negras e vermelhas. Tyu era o mais bonito da festa. Sua fantasia lembrava um pássaro preto de peito vermelho. Mas nos dias que se seguiram, Tyu ficou estranho e abatido. Estava doente e nada adiantou para curá-lo. Em pouco tempo o menino morreu.

Respeitado o costume da tribo, o corpo foi enterrado junto com sua última vestimenta, a fantasia. Tempos depois, a indiazinha Inaiê, que havia crescido com Tyu, caminhava para visitar o local onde estava enterrado o corpo, quando foi surpreendida por um forte bater de asas: próximo dali, levantavam vôo muitas aves negras de peito vermelho. Daí em diante, os índios passaram a ver sempre os pássaros, em grande número, junto ao rio. As aves começaram a pôr seus ovos nas margens do rio, onde nasciam muitos filhotinhos.



Eram parecidos com jacus, só que tinham o peito vermelho (piranga), e por isso foram chamados de Jacupiranga. Os índios concluíram que os pássaros surgiram em agradecimentos à homenagem prestada por Tyu. E o rio que cortava Botujuru ganhou o nome dos pássaros: Jacupiranga.

1.2 Criação.

O município foi criado pela Lei Estadual 2.253, de 29 de dezembro de 1927. Sua instalação ocorreu em 23 de junho de 1928.

1.3 Evolução histórica e urbanização.

O município de Jacupiranga foi criado em território de Iguape, tendo sua origem remota nos fins do século XVIII, quando alguns dos habitantes da antiga Vila de Nossa Senhora das Neves, subindo o Rio Ribeira e seguindo seus afluentes, trataram de examinar e conhecer o Rio Jacupiranga, navegando-o em grande extensão, tendo oportunidade de descobrir em suas margens pequenos veios de ouro, que passaram a ser explorados. Isto atraiu mais aventureiros, aumentando o número de habitantes, mas somente no início do século XIX, outras pessoas estabeleceram-se nessa região.

Ao contrário da maioria dos municípios da região, fundados no período colonial, Jacupiranga, não se originou de uma carta de sesmaria, título pela qual a Coroa Portuguesa concedia a alguns súditos o direito de colonizar e explorar uma área determinada. A Freguesia de Botujuru ao contrário, foi constituída por terras devolutas, das quais se apossaram os primeiros povoadores.

Em 29 de dezembro de 1842, a Câmara Municipal da Vila de Iguape remeteu ao Governo Provincial a Relação dos Terrenos de Sesmarias, contendo as especificações nela declaradas. Os primeiros habitantes cultivavam as terras, a partir das margens do rio, e acabaram formando o povoado de Botujuru.



No ano de 1805, existiam apenas doze casas, abrigando um total de 63 pessoas. E, 1817, já eram 37 as moradias e dez anos depois, 54. Contava então Botujuru com 280 habitantes. Uma primeira tentativa para elevar a povoação à categoria de Freguesia fracassou pelo fato de não existir no local nenhuma capela que justificasse a elevação.

Com a chegada do português Antônio de Souza Pinto Magalhães Mesquita, em 1870, uma nova tentativa obteve êxito. Pois, a capela fora construída pelos esforços do então coronel Antônio de Souza Pinto Magalhães Mesquita, auxiliado pelos capitães Antônio Sant'Anna Ferreira e Manuel Pinto de Almeida, por Francisco de Lara França, e Hildebrando de Macedo que doou a primeira imagem de Nossa Senhora. A partir de então, pela Lei Provincial Nº 56, de 5 abril de 1870, foi criado o Distrito de Jacupiranga, absorvendo o novo nome a antiga denominação de Bairro Botujuru. Dezoito anos depois, em 1888, com o auxílio do padre Antônio Domingos Rossi, o português Antônio de Souza Pinto Magalhães Mesquita construiu uma igreja no local da capela, que até hoje permanece de frente para a Praça Tenente Coronel Mesquita, nome dado em homenagem ao fundador do município.

A partir daí, a vila permaneceu relativamente estacionária, continuando como distrito do município de Iguape por mais de meio século.

Nos anos seguintes Jacupiranga teve outro fato relevante na sua história, que foi o início da exploração de minerais, o que trouxe mais pessoas para se fixarem no município, trazendo o desenvolvimento local. Embora contasse com terras férteis, o desenvolvimento da região foi bastante lento pela dificuldade de comunicação e transporte, na época, exclusivamente fluvial. Em 1921, com a visita de Washington Luís ao Vale do Ribeira, foi decidida a abertura de estradas entre as cidades de



Cananéia, Iguape e Xiririca (atual Eldorado), além de outras vias interligando as várias povoações. Começa então a marcha de Jacupiranga em direção ao progresso.

Neste período chegou à vila Miguel Abu-Yagui, comerciante libânes, naturalizado brasileiro. Ele exerceu vários cargos públicos e tornou-se um dos principais personagens da história de nosso município. Miguel Abu-Yagui foi também um dos maiores incentivadores da emancipação da vila.

Finalmente a Lei Nº 2.253, de 29 de dezembro de 1927, elevou o distrito à categoria de município, desmembrando-o de Iguape. O Decreto de 9 de fevereiro do ano seguinte, foi designado o dia 24 do mesmo mês para as primeiras eleições municipais.

A 23 de junho de 1928, instalava-se o município com a posse do primeiro prefeito eleito, coronel Miguel Abu-Yagui, e dos membros da primeira Câmara Municipal, composta pelos vereadores Jorge José de Lima (presidente), Frutuoso Moreira de Lima, Eduardo Brasiliano de Macedo, Estanislau Cugler e Máximo Zanella.

1.4 Formas de ocupação.

A ocupação histórica da região está diretamente ligada aos ciclos do desenvolvimento do Vale do Ribeira e seus períodos históricos:

✚ Período pré-colonial.

A região era habitada inicialmente por povos indígenas, seminômades, que se dedicavam à caça, pesca e agricultura itinerante de mandioca. Este período, e formas de ocupação, começaram a sofrer alterações com a chegada dos portugueses e exploração do ouro no Rio Jacupiranga.

✚ Primeiro ciclo de exploração dos recursos naturais.

O “ciclo do ouro” na região de Jacupiranga incidiu na época o surgimento dos primeiros povoados, núcleos coloniais, responsável futuramente pelo surgimento



da cidade. Com o esgotamento aurífero, esses povoados passaram a ocupar novas áreas, passando a sobreviver com a produção de subsistência, criando assim novos “bairros”.

✚ Primeiro ciclo de estagnação econômica.

A estagnação econômica de Jacupiranga se deu principalmente pela dificuldade de comunicação e falta de infra-estrutura de transportes. Durante muitos anos, a cidade deixou de se desenvolver, o que impediu a evolução de sua urbanização e impulsionou à ocupação do campo com a produção de subsistência. Característica herdada até os tempos atuais.

✚ Desenvolvimento da teicultura e bananicultura.

A região permaneceu estagnada à margem do desenvolvimento paulista até aproximadamente 1940, quando a agricultura regional começou a ser incorporada à economia estadual com a implantação de novas lavouras comerciais, o chá e a banana, pelos japoneses. A partir de então, a teicultura e a bananicultura se impuseram como as principais atividades econômicas do Vale do Ribeira. Em Jacupiranga, foi o cultivo da banana que impulsionou o desenvolvimento da região, trazendo muitos migrantes para o município. Dessa forma a ocupação do campo foi responsável pelo desenvolvimento populacional e conseqüentemente, alguns anos, depois pelo desenvolvimento comercial da cidade.

A partir de 1960, a construção de estradas de asfalto facilitou o acesso a região com certa contribuição para o desenvolvimento local. Com a abertura da rodovia Regis Bittencourt (BR-116) no início dos anos 60, a região recebeu novo impulso ao crescimento econômico, passando pela redefinição da ocupação espacial e por um processo de valorização de suas terras.



Este fato contribui, novamente, para a criação de novas fazendas de cultivo de banana, pequenas produções familiares, arrendamento de terras e agroindústria, que atualmente é a responsável pela economia do município.

Atualmente registra-se também a atividade de piscicultura, possuindo 18 unidades em atividade no município. Não são caracterizadas como colônia de pescadores, pois estas atividades também são concentradas na área rural, em diferentes localidades. A atividade já é uma alternativa de renda para os agricultores familiares e recebe incentivo estatal e federal.

2. Caracterização Física



2.1 Localização e coordenadas geográficas.

Município situado no estado de São Paulo. Localiza-se a uma latitude 24°41'33" sul e a uma longitude 48°00'08" oeste, estando a uma altitude média de 33 metros. Limita-se com os Municípios de Barra do Turvo, Cajati, Eldorado, Pariquera-Açu e Registro, e está a 180 quilômetros de

Curitiba e a 217 km de São Paulo.

2.2 Região Fisiográfica.

📍 Área.

Possui uma área de 708,382 km², sendo 10,4 km² de área urbana e 608,0 km² de área rural.

📍 Clima.

Jacupiranga possui clima subtropical, quente e úmido, e temperatura média anual de 22 °C.

✚ **Formação vegetal e área de reserva florestal.**

Vegetação típica da Mata Atlântica. O município abrange, 7.610,73 ha do Parque Estadual de Jacupiranga, considerado o segundo maior do estado de São Paulo e também reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio da humanidade.

✚ **Solo – predominantes e características.**

O perfil do solo mostra características e espessuras bem diferenciadas de acordo com cada região do município. Em algumas regiões encontramos solos de aspecto essencialmente argiloso de cor avermelhada, em outros pontos solo de cor escura o que sugere ser rico em matéria orgânica. Ainda encontramos outros tipos de solo de aspecto argiloso, de cor amarelada ou laranja muito suscetível à erosão, e também solos de origem rochosa, com aspecto de granito.

✚ **Relevo.**

Relevo formado por morros e montanhas.

✚ **Bacia hidrográfica.**

Sub-bacia do Rio Jacupiranga. Faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, é um dos principais cursos de água desta bacia e é formado pela confluência das águas dos rios Jacupiranguinha e Guaraú. É um rio meândrico, com aproximadamente 52km de extensão, 36 km² de planície de inundação e deságua na margem direita do Rio Ribeira de Iguape.

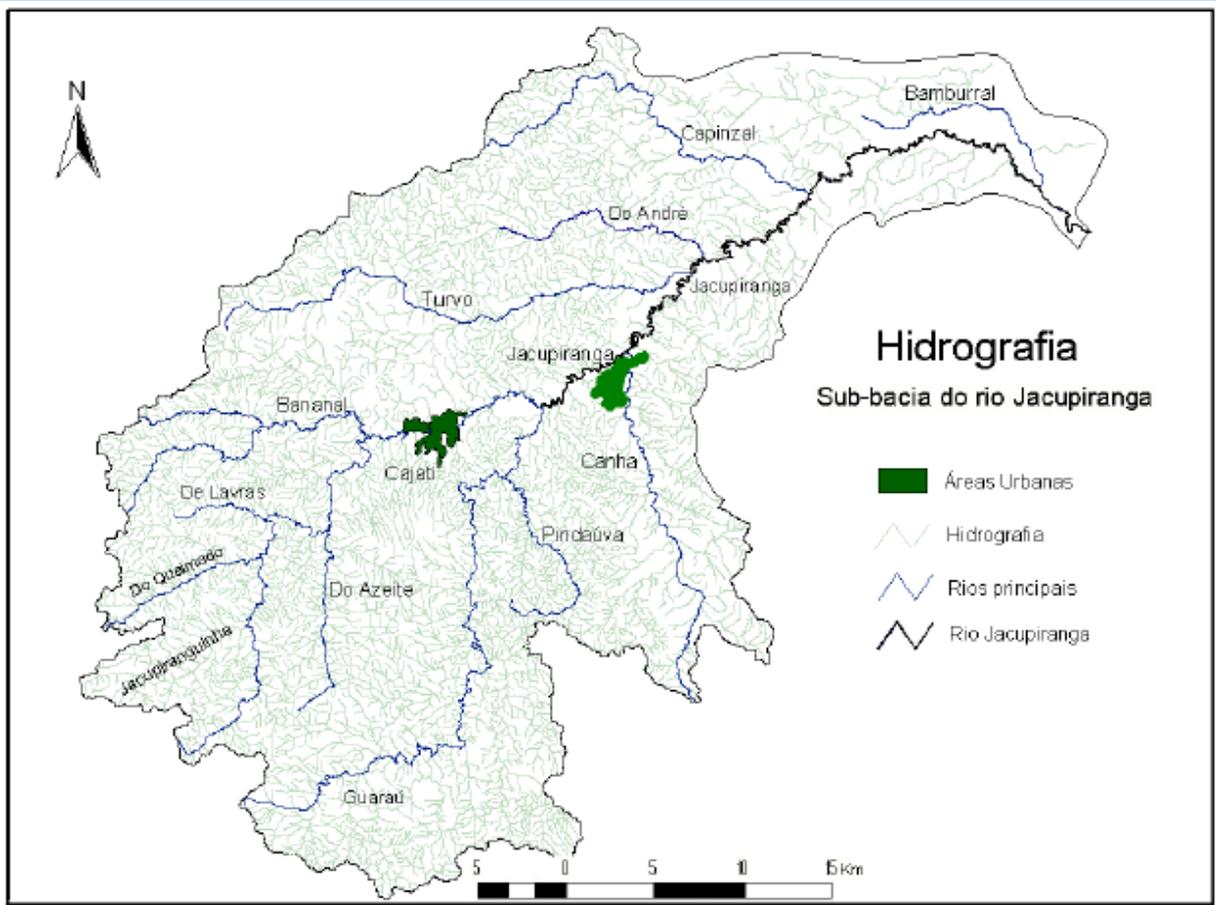
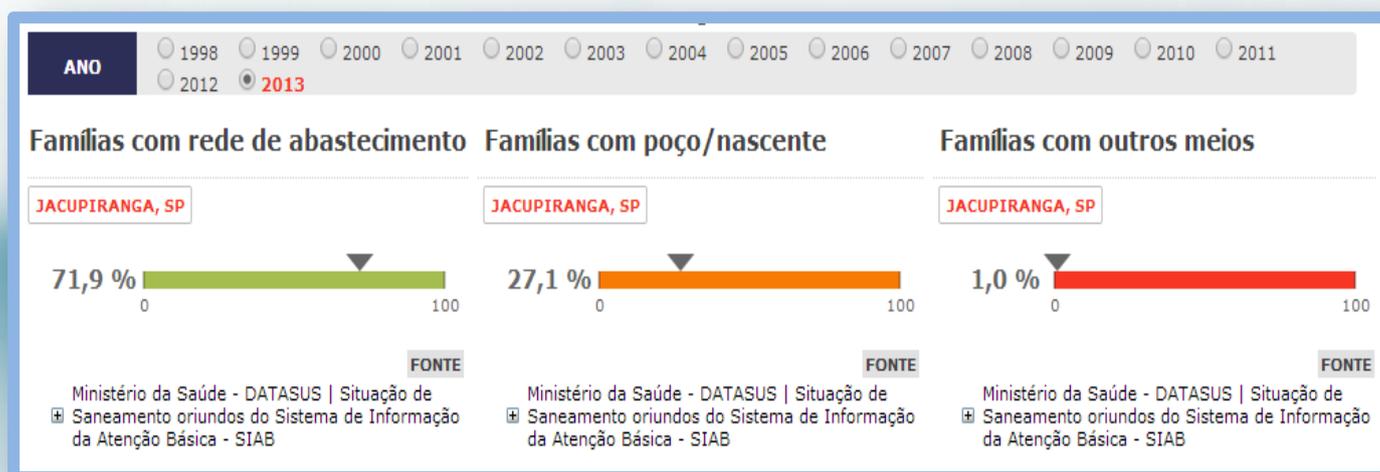


Figura 2.3: Hidrografia da sub-bacia do rio Jacupiranga. Fonte: Adaptado de LOURES, 2008.

2.3 Infraestrutura

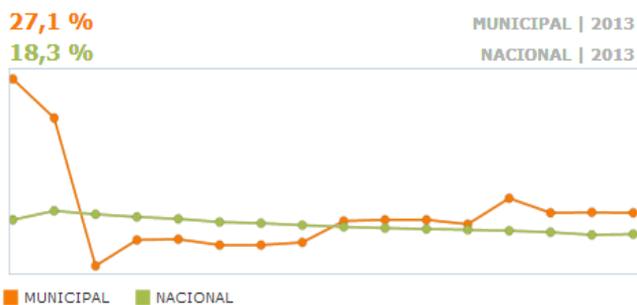
A pesquisa baseia-se no SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica) do Ministério da Saúde. Os dados são gerados a partir do trabalho das equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, que realizam o cadastramento das famílias e identificam a situação de saneamento e moradia.

Abastecimento de água.



Percentual de domicílios* com abastecimento por poço/nascente

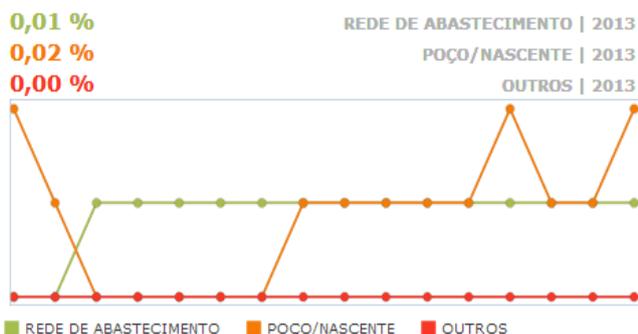
* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros



FONTE

Participação do município no total de domicílios* nacionais

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

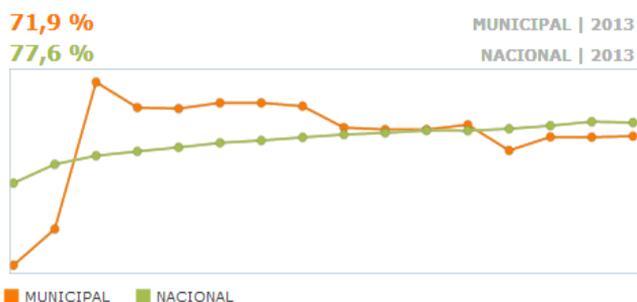


FONTE

Ministério da Saúde - DATASUS | Situação de Saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB

Percentual de domicílios* com rede de abastecimento

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

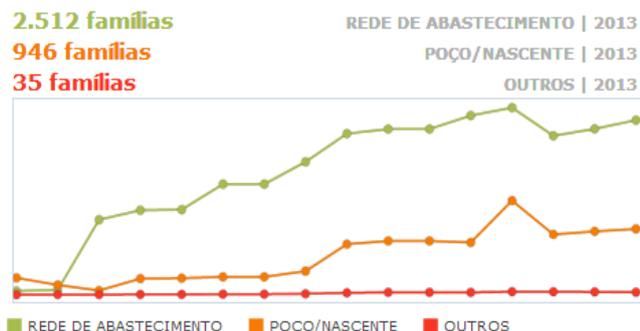


FONTE

Número de domicílios* de acordo com o tipo de abastecimento

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

JACUPIRANGA, SP

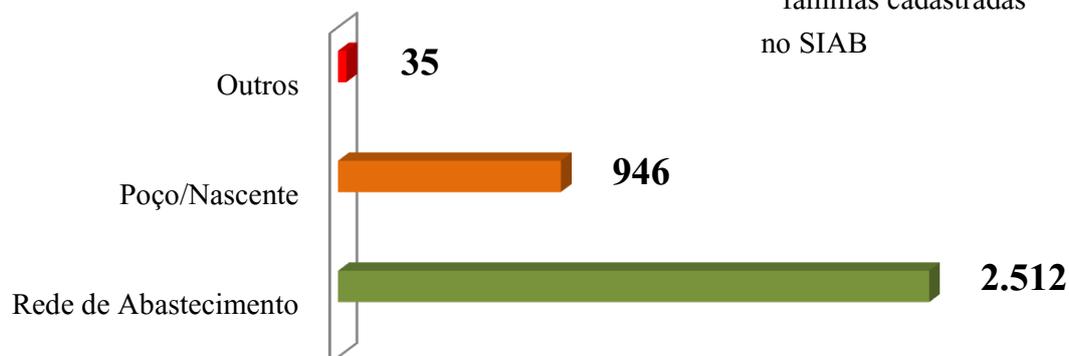


FONTE

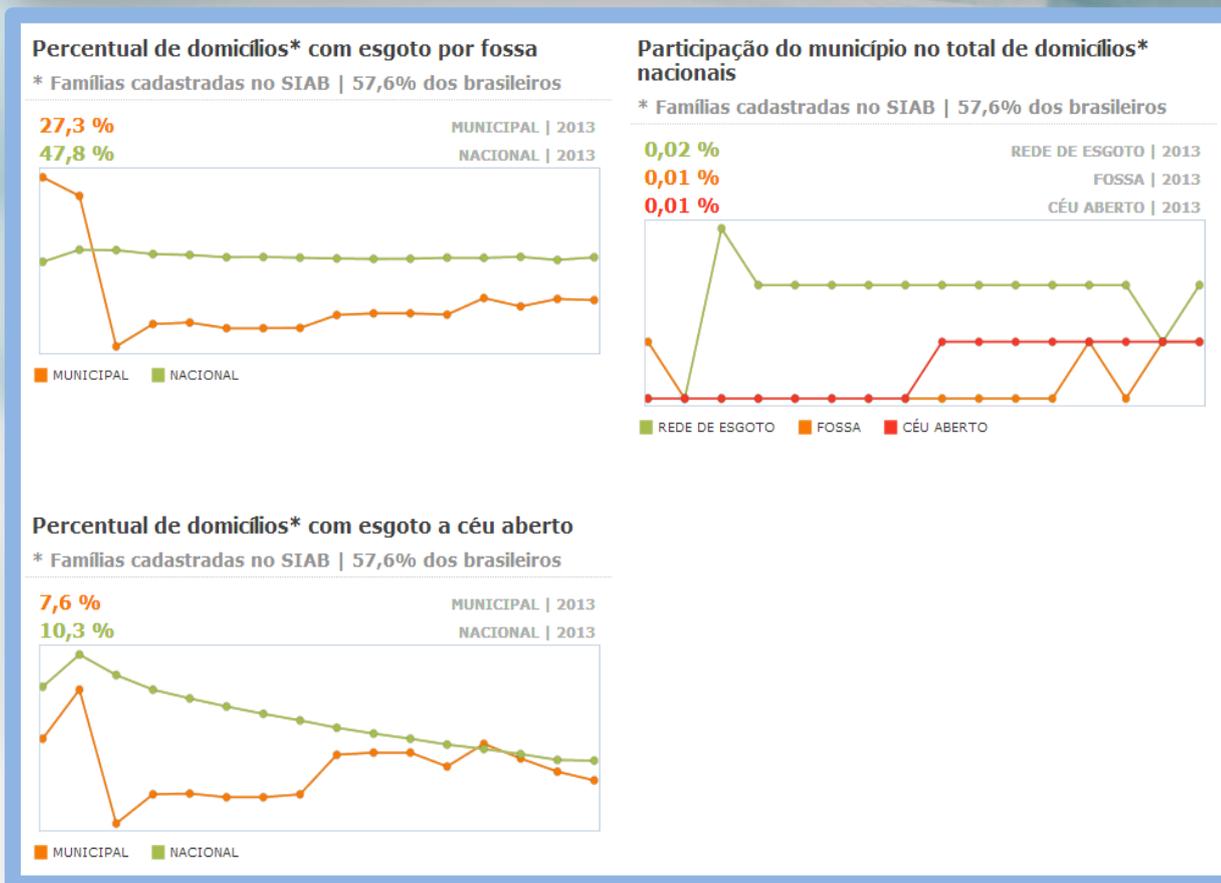
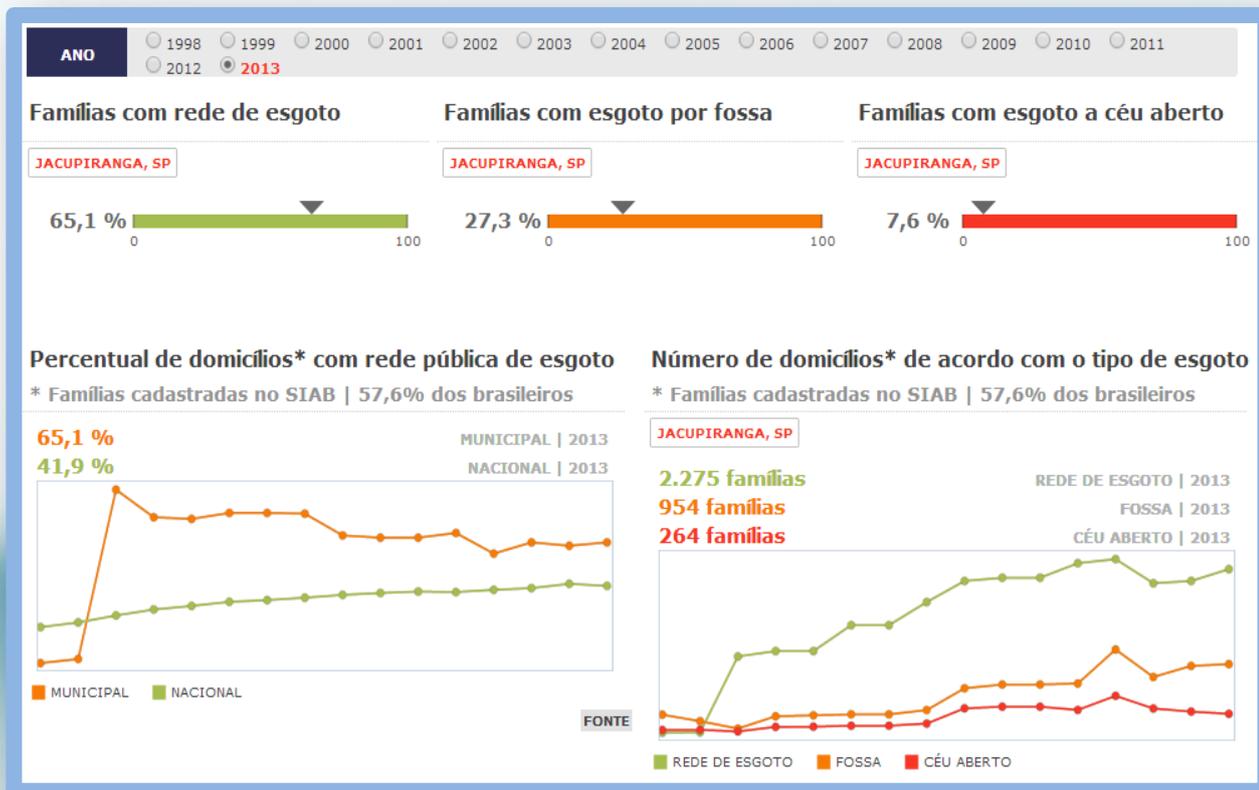
Ministério da Saúde - DATASUS | Situação de Saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB

Número de *domicílios de acordo com o tipo de abastecimento

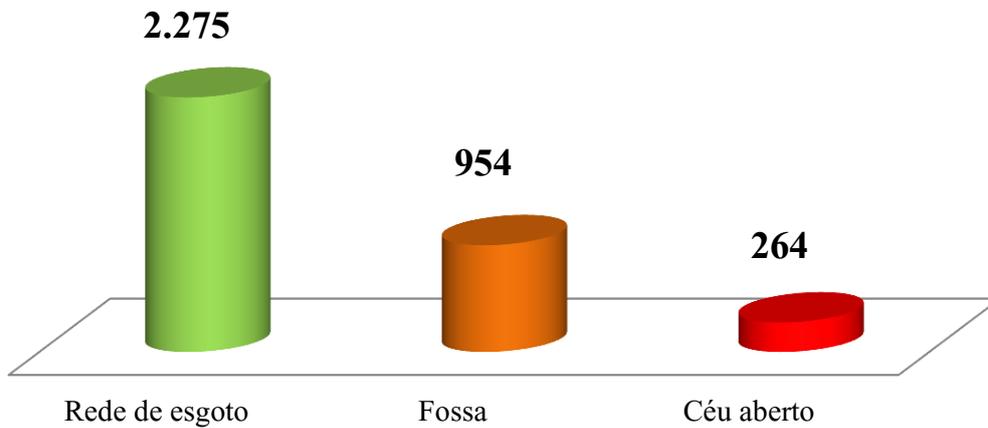
* famílias cadastradas no SIAB



Saneamento Básico.



Número de *domicílios de acordo com o tipo de esgoto



Coleta de lixo.

Famílias com coleta de lixo

JACUPIRANGA, SP



Famílias com queima/enterro de lixo

JACUPIRANGA, SP



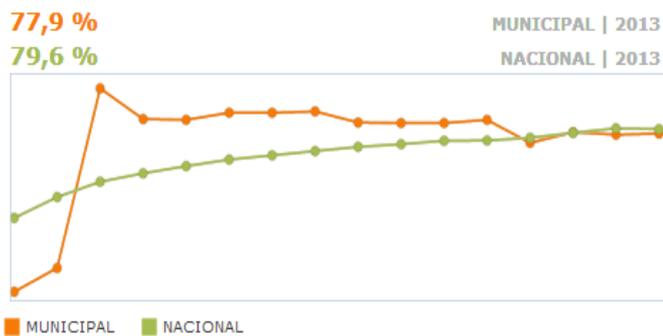
Famílias com lixo a céu aberto

JACUPIRANGA, SP



Percentual de domicílios* com coleta de lixo

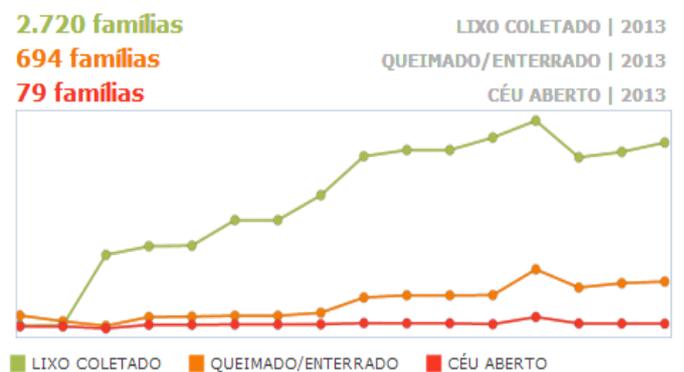
* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros



Número de domicílios* de acordo com a destinação do lixo

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

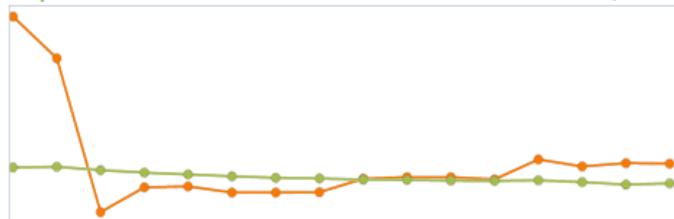
JACUPIRANGA, SP



Percentual de domicílios* com lixo queimado/enterrado

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

19,9 % MUNICIPAL | 2013
13,5 % NACIONAL | 2013



■ MUNICIPAL ■ NACIONAL

Participação do município no total de domicílios* nacionais

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

0,01 % LIXO COLETADO | 2013
0,02 % QUEIMADO/ENTERRADO | 2013
0,00 % CÉU ABERTO | 2013

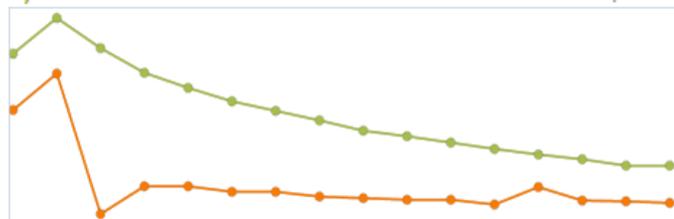


■ LIXO COLETADO ■ QUEIMADO/ENTERRADO ■ CÉU ABERTO

Percentual de domicílios* com lixo a céu aberto

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

2,3 % MUNICIPAL | 2013
7,0 % NACIONAL | 2013



■ MUNICIPAL ■ NACIONAL

Número de *domicílios de acordo com a destinação do lixo



Eletricidade.

Famílias com acesso à eletricidade

Percentual

JACUPIRANGA, SP



FONTE

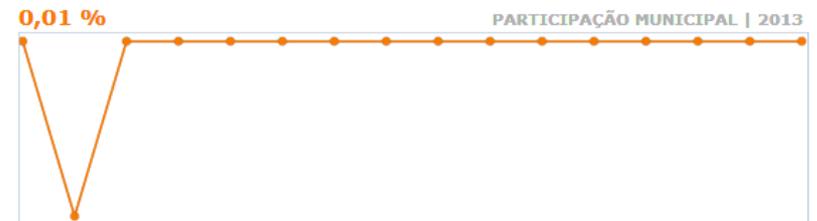
Famílias com eletricidade no Brasil

Percentual nacional



Participação do município no total de domicílios* do país com eletricidade

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

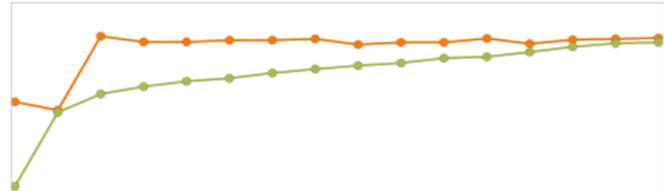


■ PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL

Percentual de domicílios* com acesso à eletricidade

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

96,5 % MUNICIPAL | 2013
95,5 % NACIONAL | 2013



■ MUNICIPAL ■ NACIONAL

Número de domicílios* com acesso à eletricidade

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

JACUPIRANGA, SP

3.370 famílias

ACESSO ELETRICIDADE | 2013



■ ACESSO ELETRICIDADE

Percentual de *domicílios com acesso à eletricidade

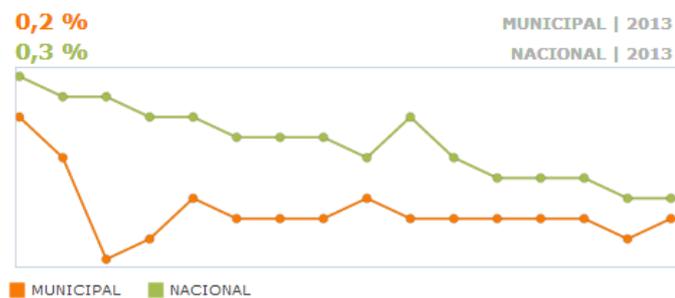


Habitação.



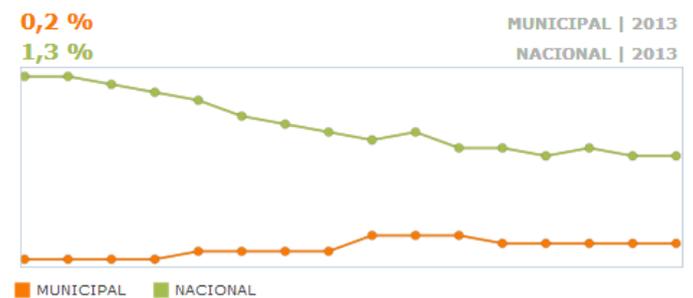
Percentual de domicílios* de material impróprio

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros



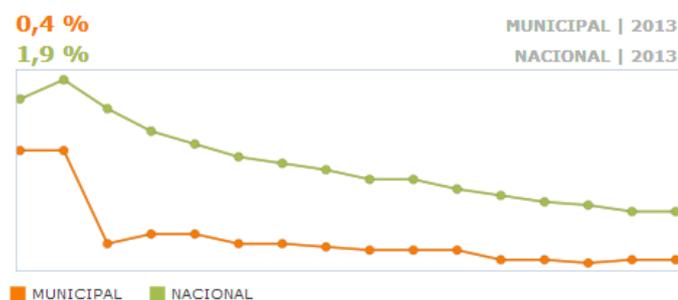
Percentual de domicílios* de outro materiais

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros



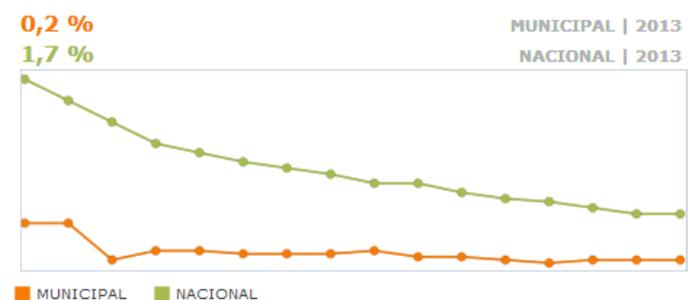
Percentual de domicílios* de taipa com revestimento

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros



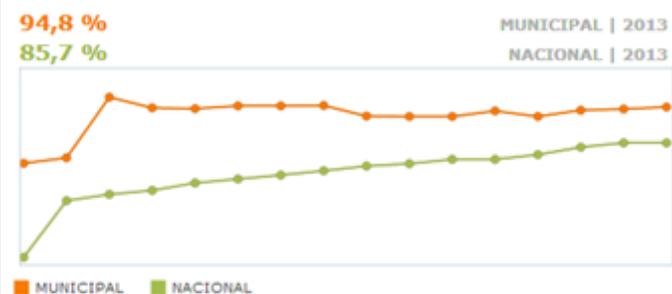
Percentual de domicílios* de taipa sem revestimento

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros



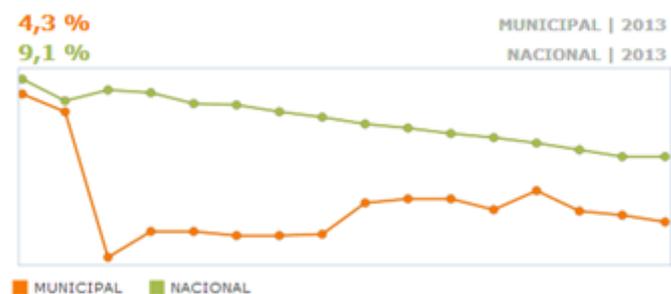
Percentual de domicílios* de tijolo

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros

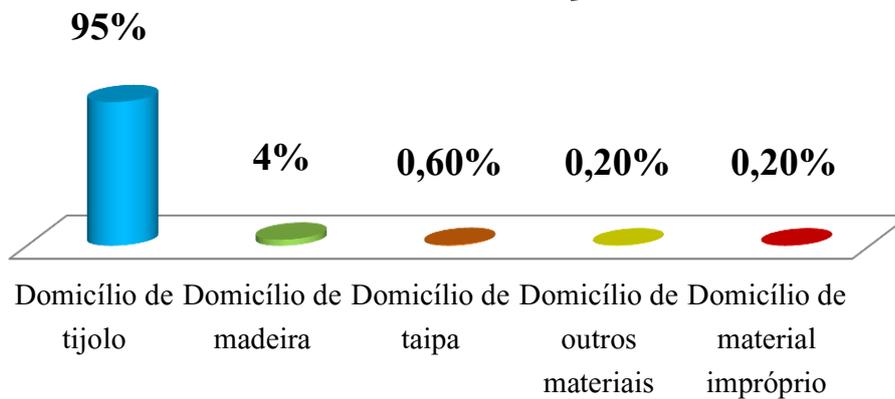


Percentual de domicílios* de madeira

* Famílias cadastradas no SIAB | 57,6% dos brasileiros



Habitação



Transportes:

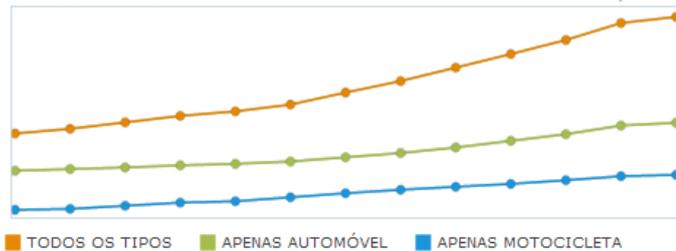
Evolução da frota de veículos

Linha do Tempo | Nº veículos

JACUPIRANGA, SP

6.476 veículos
3.090 automóveis
1.423 motos

TODOS OS TIPOS | 2013
 APENAS AUTOMÓVEL | 2013
 APENAS MOTOCICLETA | 2013

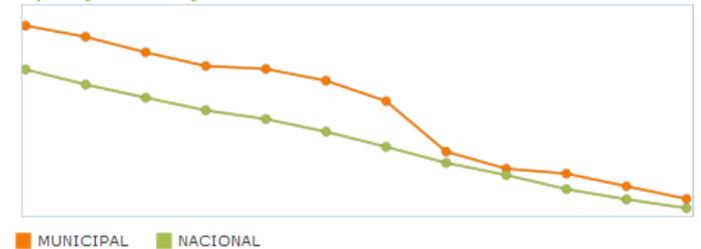


Relação entre população e frota de veículos

Linha do tempo | Nº de habitantes / Nº de veículos

2,74 pessoas por veículo
2,55 pessoas por veículo

MUNICIPAL | 2012
 NACIONAL | 2012



Frota de veículos por 100 mil pessoas

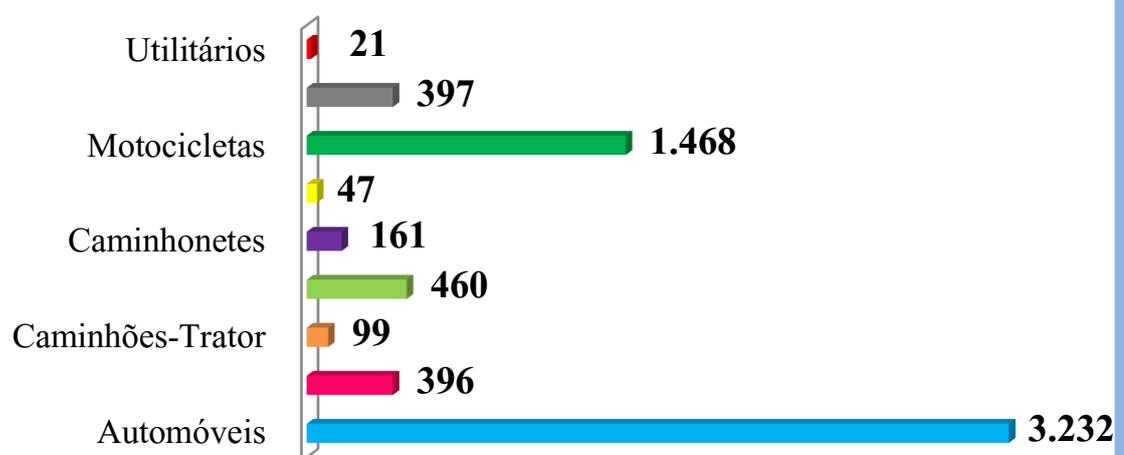
Linha do tempo | Nº de veículos por 100 mil pessoas

36.439,60 veículos/100 mil hab.
39.250,72 veículos/100 mil hab.

MUNICIPAL | 2012
 NACIONAL | 2012



Frota Municipal de Veículos



3. Aspectos Populacionais.

3.1 Características gerais da população.



Etnias e origens.

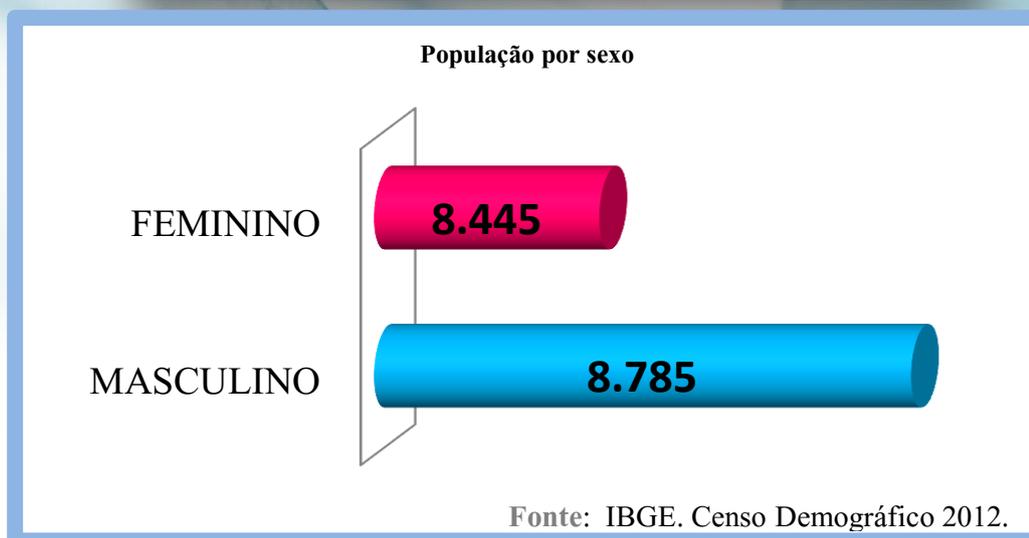
A origem do povo jacupiranguense foi formada através das comunidades oriundas da mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses, e em menor grau, dos escravos africanos. Essas comunidades são denominadas *caiçaras*. As comunidades

Os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Um dos precursores sobre o estudo da cultura caiçara e seu território foi Antônio Paulino de Almeida que, desde o início do século até a década de 40, publicou uma série de artigos, que versaram principalmente sobre os aspectos históricos do litoral sul paulista e de sua retroterra, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, destaca-se o artigo *Memória Histórica de Jacupiranga (1949)*.

População urbana e rural.



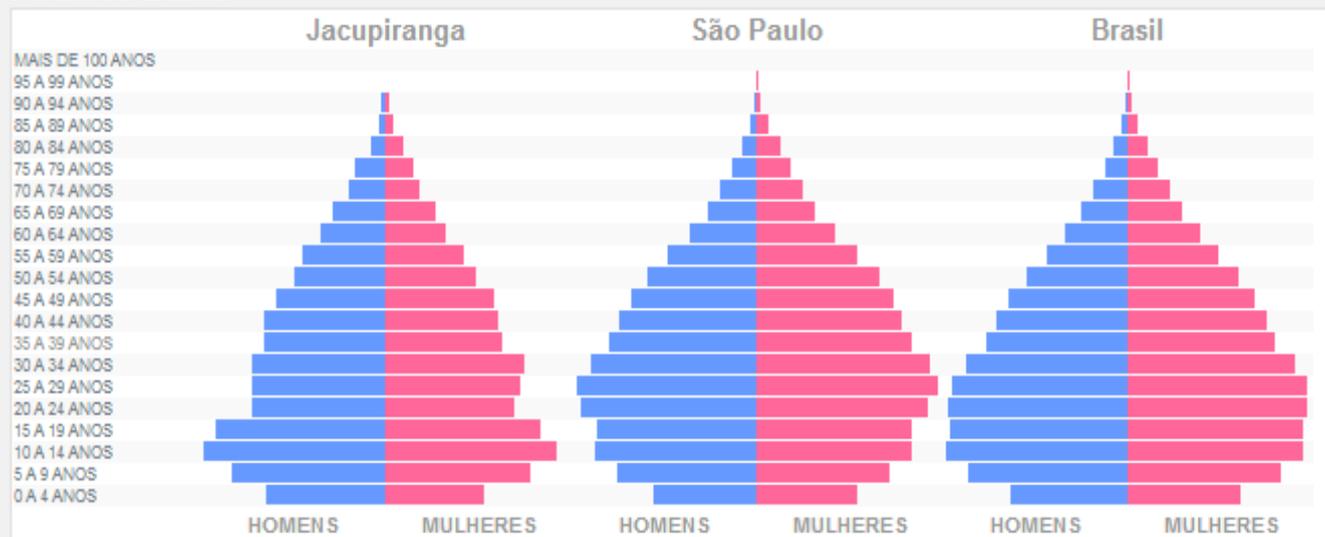
População por sexo.



População por faixa etária.

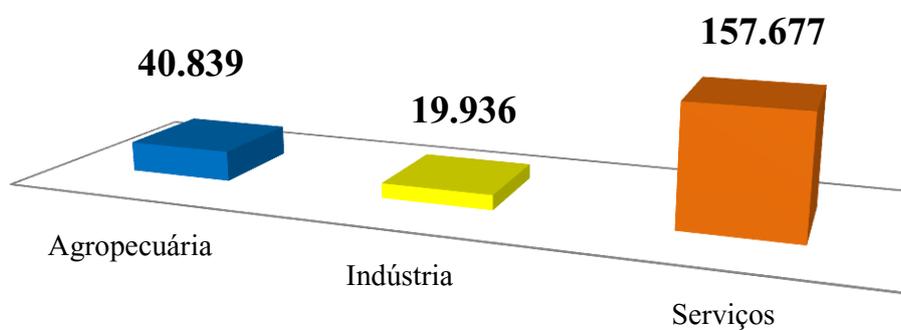
Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010;

Pirâmide Etária



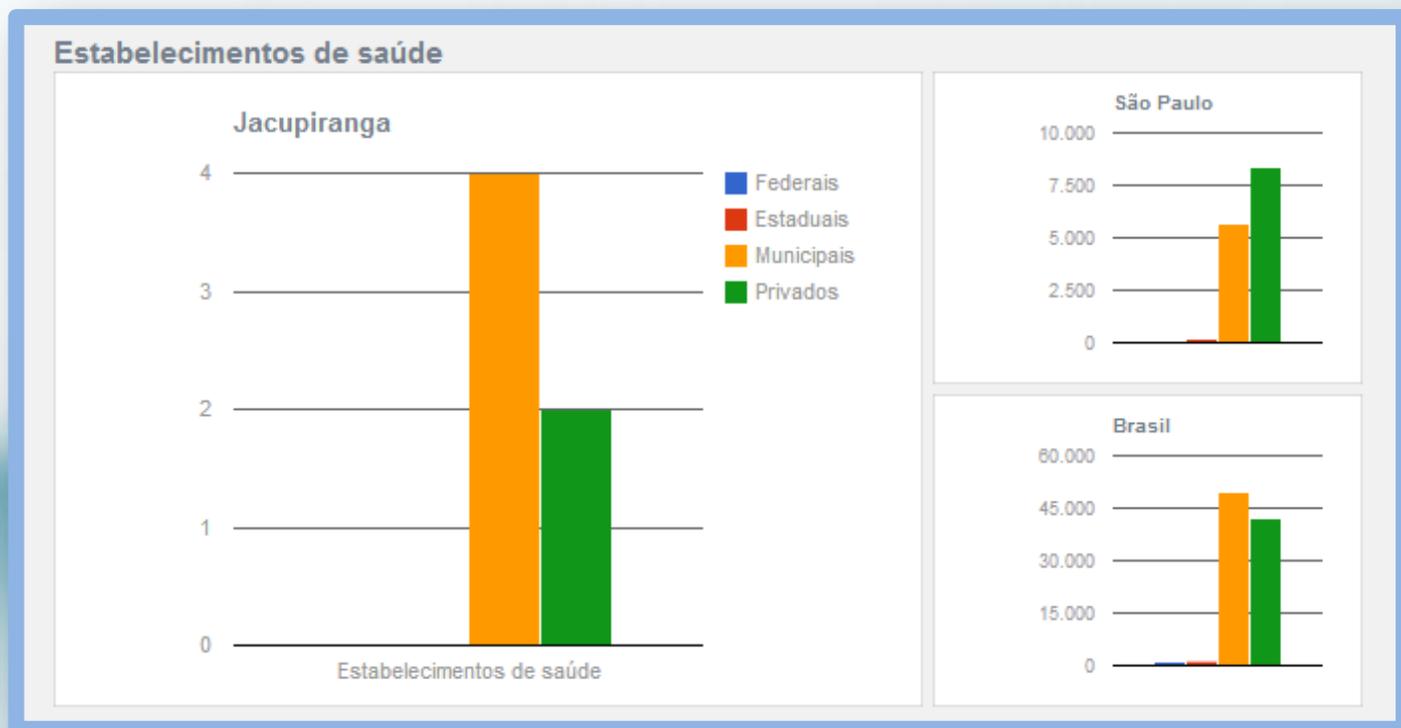
3.2 Economia.

Economia Produto Interno Bruto



3.3 Saúde.

Dados do IBGE (2010)



II – NÍVEIS DE ENSINO

EDUCAÇÃO BÁSICA

1 – Ensino Infantil

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, contribui para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida gratuitamente em creches ou instituições equivalentes para crianças de até 3 anos de idade e, posteriormente, em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, organizado pelo MEC, as creches e pré-escolas devem educar, cuidar e proporcionar brincadeiras, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade, da linguagem e para a inclusão social da criança. Atividades como brincar, contar histórias, oficinas de desenho, pintura e música, além de cuidados com o corpo, são recomendadas pelo referencial curricular para crianças matriculadas no ensino infantil.

O ensino em creches e pré-escolas faz parte da educação infantil (artigo 21 da LDBEN 9394/96).

Segundo dados do Censo Escolar 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) 6.756.698 crianças estão matriculadas na educação infantil, sendo 71,8% em creches e pré-escolas municipais (4.853.761), 1,06% em estaduais, 0,04% em federais e 27,1% em instituições privadas. O maior crescimento ocorreu nas creches, com um aumento de mais de 168 mil crianças matriculadas em comparação com 2009 e 79,1% a mais do que em 2002. Na pré-escola, foram 174.227 mil matrículas a menos em relação ao período anterior. A



tendência de queda (desde 2004 o número de matrículas vem caindo) é atribuída à implementação do ensino fundamental de nove anos, que passa a receber entre seus matriculados os alunos de 6 anos de idade. (Fonte: Ministério da Educação).

1.2. - Diretrizes

Na constituição Federal, artigo 205, a educação é garantida como direito de todos e, por inclusão, também das crianças de zero a seis anos, e em seu artigo 208, informa “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Também no seu inciso XXV, do Artigo 7º, informa que deverá haver “assistência gratuita dos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas”. (Ensino Infantil modificado para zero a cinco anos).

1.3. – Objetivos e Metas

✚ Universalizar, até 2016, e manter o atendimento parcial e/ou integral das crianças de 0 a 3 anos e adotar, até o final da década, progressivamente, o atendimento para todas as crianças de 4 e 5 anos, garantindo-se padrões de qualidade estabelecidos, de acordo com as necessidades da demanda;

Meta.

✧ Ampliar até 2020, a oferta de educação infantil, e a atender a 50% da população em 3 anos (até 2017), em período integral/parcial, opcional à família de acordo com a demanda da cidade e com garantia de qualidade;

✧ Construir uma unidade escolar até o término do ano de 2016, a qual atenderá toda a demanda de alunos nesta faixa etária;

✚ Garantir a manutenção e expansão de vagas de programas de formação continuada de acesso a todos os profissionais da educação (Gestores e equipe de apoio), para atualização permanente e o aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na educação infantil.



Meta:

✧ Disponibilizar, anualmente, a partir da data de início deste plano, a todos os profissionais da educação, formação continuada voltada as práticas pedagógicas e conteúdos que deverão ser desenvolvidos;

✚ Garantir estrutura para o efetivo funcionamento do sistema municipal de acompanhamento, controle e supervisão da educação, nos estabelecimentos públicos, visando apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões estabelecidos pelas diretrizes nacionais, estaduais e municipais;

Meta:

✧ Assegurar acompanhamento e apoio aos docentes por meio de atividades de estudo e reflexão desenvolvidas nas escolas, através de equipe matricial, sob coordenação dos órgãos competentes, organizando, anualmente, a partir da data de início deste plano, grade de direcionamentos, de modo a assegurar ao professor/apoio, mecanismos de elaboração e execução de suas práticas pedagógicas, através de reuniões em HEPA (Horas de Estudo Planejamento e Avaliação), em conjunto com a equipe gestora, assim como acompanhamento em sala;

✚ Criar, manter e ampliar Conselhos Escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria da estrutura e funcionamento das instituições de educação infantil públicas e privadas (lucrativas e não-lucrativas), bem como no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos;

Meta:

✧ Criar, até o término de 2015, Conselhos Escolares e organizar a Associação de Pais e Mestres nas unidades de ensino, subsidiados pelo Regimento Escolar (aprovado em 2014), e pelo Projeto Político Pedagógico, o qual será organizado até o término de 2015, o qual, juntamente com Conselho Escolar e APM (Associação de Pais e Mestres), visa a maior integração na relação família-escola, tendo como consequência o aumento da periodicidade das reuniões do Conselho



de Escola, assegurando o mínimo de quatro reuniões anuais, sendo duas por semestre em horários que facilitem a participação da família;

✧ A partir da criação dos Conselhos, de maneira progressiva, promover a realização de cursos de formação de conselheiros escolares e de cursos sobre o papel dos Conselhos para a comunidade escolar.

✚ Promover debates com a sociedade civil sobre o direito da criança à educação infantil pública, gratuita e de qualidade bem como dos deveres da família junto à Unidade Escolar;

Meta:

✧ A partir de 2015, até o término de vigência deste Plano, realizar reuniões semestrais ou anuais, a fim de promover debates com a sociedade civil, acerca dos direitos que estão sendo ofertados as crianças e adolescentes, assim como seus deveres;

✚ Promover palestras e encontros voltados à comunidade para uma maior conscientização quanto aos direitos e deveres às necessidades físicas, psicológicas e sociais da faixa etária em questão, e implantar e aprimorar a Escola de Paz;

Meta:

✧ A partir de 2015, até o término de vigência deste Plano, realizar Palestras semestrais ou anuais, a fim de promover à orientação e esclarecimentos a comunidade escolar quanto aos seus direitos e deveres;

✚ Estabelecer condições para a inclusão das crianças com deficiência, com apoio de especialistas e cuidadores, definindo o número máximo de crianças por sala, imóvel, mobiliário, material pedagógico adaptado, espaço físico acessível, orientação, supervisão e alimentação;

Meta:

✧ Garantir gradativamente até o ano de 2023, nas unidades escolares, condições de atendimento em salas regulares a alunos com necessidades especiais;



✚ Assegurar, o provimento da merenda escolar, de qualidade, aos alunos do Ensino Infantil, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição;

Meta:

✧ Estabelecer, anualmente, a partir da data de início deste plano, acompanhamento quanto ao preparo da merenda escolar, nas unidades escolares, assim como capacitação as cozinheiras e merendeiras;

✚ Estabelecer condições formais para acompanhamento pela comunidade escolar dos projetos de construção e reforma, em todas as suas etapas: elaboração, execução e fiscalização do projeto, com representantes dos diferentes setores, inclusive da vigilância sanitária, engenharia e arquitetura e equipe pedagógica;

Meta:

✧ Elencar, a partir de 2015, requisitos na elaboração de Projetos nas unidades escolares, de modo a acompanhar e direcionar o processo como um todo (da elaboração à Finalização);

✧ Assegurar via setor jurídico, condições, caso a empresa contratada não cumpra o memorial descritivo das adequações das unidades escolares;

✚ Garantir até 2016, que o atendimento pedagógico de crianças a partir de 4 meses nos berçários seja feito por Professores;

Meta:

✧ Organização de concurso público, para contratação de profissionais aptos a desenvolverem tal atendimento;

✚ Buscar o desenvolvimento da autonomia da criança, utilizando para isso situações em sala de aula;

Meta:

✧ Estabelecer, a partir do ano de 2014, rotina de período integral para renovar atitudes que respeitem a individualidade, direitos e necessidades básicas da criança tais como: banho, sono, alimentação e atividades pedagógicas;



✚ Estabelecer, no prazo de 2 anos de vigência do Plano Municipal de Educação em parceria com o Departamento Municipal de Educação, a manutenção e adequação da infraestrutura para o funcionamento adequado das Unidades Escolares de Educação Infantil Públicas e Privadas, respeitando e assegurando as características distintas das faixas etárias, e também das crianças especiais e das necessidades do processo educativo.

Meta:

✧ Garantir gradativamente até 2023, a organização e manutenção das unidades escolares, quanto ao Espaço interno (iluminação, ventiladores, segurança, água potável, esgotamento sanitário), instalações sanitárias e para higiene pessoal das crianças, instalações para preparo ou serviço de alimentação, ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, incluindo, vídeo, brinquedoteca, sala de leitura, jogos/arte, repouso, expressão livre, movimento e brincadeiras, conforme determina as diretrizes curriculares e metodologia da Educação Infantil, mobiliários equipamentos e materiais pedagógicos;

✚ A partir do primeiro ano de vigência deste plano, somente autorizar construção e funcionamento da instituição de Educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos mínimos de infraestrutura apropriados para a Educação Infantil;

Meta:

✧ Assegurar até o ano de 2020, que as construções e reformas de instituições de ensino, atendam requisitos de infraestrutura, tais como acessibilidade e faixa etária;

✚ Desenvolver Programa Municipal de Formação Profissional aos docentes da Educação Infantil, com a colaboração da União, estados e Municípios, inclusive Universidades e Institutos superiores de educação e ONGs.

Meta:

✧ Estabelecer, após a aprovação deste Plano, com limite até o ano de 2016, capacitação dos docentes de modo a atender as crianças com necessidades especiais, efetivando a educação inclusiva no Município;



✚ Assegurar que no mínimo 5% dos recursos totais da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), sejam aplicados na Educação Infantil;

Meta:

✧ Assegurar até o ano de 2020, parte dos recursos totais da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino seja aplicado no ensino infantil;

✚ Reunir as escolas pertencentes a todo o Sistema Municipal de Educação Infantil, realizando fóruns para a troca de experiências e construção de uma política Municipal na área de Educação Infantil, após um ano de implantação deste plano;

Meta:

✧ Assegurar a partir da vigência deste Plano, a elaboração de Fóruns com o objetivo de troca de experiências entre os profissionais da educação infantil, a fim de traçarem uma política educacional de qualidade;

✚ Unificar a nomenclatura das turmas das etapas da creche e Educação Infantil pertencente ao Sistema Municipal favorecendo a sua identificação na municipalidade do atendimento de cada estabelecimento, a partir da implantação deste PME;

Meta:

✧ Criar de forma gradativa, até 2017, um sistema de atendimento ao ensino infantil, unificando e priorizando o atendimento de cada estabelecimento de ensino;

✚ Promover a oferta periódica de eventos aos pais dos alunos atendidos nas Instituições de Educação Infantil, como forma de integrá-los ao processo educacional de seus filhos e facilitar a parceria entre escola e comunidade, a partir da implantação deste PME;

Meta:

✧ Desenvolver ao longo da vigência deste plano, sendo a partir de 2015, cronograma de atividades, de acordo com a autonomia das unidades escolares, a fim de integrar a família a escola;

✚ Instituir mecanismos de colaboração através da criação de projetos e programas em parceria com a Secretaria da Saúde e de Assistência Social, nas Instituições e escolas que atendam as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, após a implantação deste PME;



Meta:

✧ Desenvolver ao longo da vigência deste Plano, a partir do ano de 2015, a interação das escolas com a secretaria de saúde e assistência social, com a elaboração de projetos e programas que visem o atendimento as crianças de 0 à 5 anos;

✚ Criar na rede Municipal um atendimento profissional, técnico especializada (Fonoaudiologia e Psicopedagogia) para as crianças e aos profissionais, trabalhando conjuntamente para acompanhamento dos casos a partir de um ano após a implantação deste PME;

Meta:

✧ Oferecer de forma gradativa, sendo 50% até 2017 e total até 2020, atendimento técnico especializado, através da rede municipal de educação, aos educandos e aos profissionais de ensino, desenvolvendo projetos junto ao departamento de Saúde, quanto à prevenção e cuidados aos docentes (fonoaudiólogo/psicólogo);

✚ Oferecer orientação técnica (cursos de capacitação) aos Diretores e profissionais administrativos das Instituições Escolares;

Meta:

✧ Ofertar aos gestores, capacitações quanto a questões Pedagógicas, administrativas e financeiras, relativas à organização e ao funcionamento das instituições, assim como a efetiva assessoria técnica que oriente esses profissionais, para um melhor atendimento e trabalho pedagógico de qualidade após a Implantação deste PME;

✚ Garantir os princípios da Gestão Democrática discutidos neste documento;

Meta:

✧ Realizar de maneira transparente e responsável, as metas estabelecidas, em consonância com os objetivos, até o ano de 2020;



2 – Ensino Fundamental

2.1. – Diretrizes

A Constituição Brasileira define que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito e direito público subjetivo: o não oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular, implica responsabilidade de autoridade competente. O artigo 208 da Constituição Brasileira preconiza ainda, a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É o básico da formação do cidadão de acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96, artigo 32) e, portanto, é prioridade oferecê-la a toda a população.

No município de Jacupiranga, o ensino fundamental é ofertado em 13 escolas, das quais 10 são da rede municipal, 3 da rede estadual.

A rede Pública oferece o ensino fundamental por ano que compreendem o 1º ao 9º ano conforme prevê o Plano Nacional de Educação Lei 10.172/2001 no seu artigo 32. *“ O ensino fundamental obrigatório com duração de 9 anos gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade terá por objetivo a formação básica.”*

As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação, nas Deliberações do Conselho Estadual de Educação.

2.2. – Objetivos e Metas

✚ Construir uma proposta pedagógica que leve em consideração um ser humanizado, mais crítico, solidário, afetivo, ético, autônomo, respeitando as etapas do seu desenvolvimento, assim como sua realidade, a fim de prepará-lo para a sociedade, visando também à inclusão focada nas especificidades da comunidade escolar:



Meta.

- ✧ Garantir de maneira gradativa a readequação da proposta pedagógica, do regimento escolar e dos planos de estudos, abordando mudanças e desafios na prática, assegurando a participação de todos os segmentos;
 - ✧ Garantir até 2016, um currículo flexível, dinâmico, levando em consideração o processo de construção da aprendizagem e contemplando a diversidade de maneira lúdica, respeitando o currículo oculto, a fim de propor novos desafios;
 - ✧ Garantir, a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente da Proposta Pedagógica e do regimento escolar das instituições de ensino da rede municipal, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental;
 - ✧ Assegurar aos docentes, disponibilidade de tempo, de acordo com carga horária, para o preparo de aula e atividades, as quais serão desenvolvidas de acordo com a proposta pedagógica.
- ✚ Assegurar, durante a vigência deste Plano, a universalização do atendimento a toda clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso, permanência e qualidade a todas as crianças na escola;

Meta.

- ✧ Manter e aperfeiçoar, anualmente, durante a vigência deste Plano, um sistema de avaliação, a fim de diagnosticar o nível de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades, apresentadas, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino, assegurando o atendimento aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico;



✚ Assegurar, durante a vigência deste Plano, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na educação básica de ensino, com profissional especializado, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica;

Meta.

✧ Criar e fortalecer de maneira gradativa até 2017 e integral, até 2020 Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos de espectro autista, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.;

✚ Garantir, a inclusão do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na Proposta Pedagógica das unidades escolares;

Meta.

✧ Meta: Estabelecer, a partir da aprovação deste plano, condições para a inclusão das crianças com deficiência, em sala regular de ensino, (com apoio de especialistas, quando indispensável) definindo o número máximo de crianças por sala, imóvel, mobiliário, material pedagógico adaptado, espaço físico acessível, orientação, supervisão e alimentação;

✚ Estabelecer, no prazo de 02 anos de vigência do Plano Municipal de Educação em parceria com o Departamento Municipal de Educação, a manutenção e adequação da infraestrutura para o funcionamento adequado das Unidades Escolares de Ensino Fundamental Pública, respeitando e assegurando as características distintas das faixas etárias, e também das crianças especiais e das necessidades do processo educativo;

Meta.

✧ Garantir até 2016, o organização e manutenção das unidades escolares, quanto ao Espaço interno (iluminação, ventiladores, segurança, água potável, esgotamento



sanitário), instalações sanitárias e para higiene pessoal dos educandos, instalações para preparo ou serviço de alimentação, ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, incluindo, vídeo, brinquedoteca, sala de leitura, jogos/arte, expressão livre, movimento e brincadeiras, conforme determina as diretrizes curriculares e metodologia da Educação Básica, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos, incluindo ambiente de informática com/sem acesso a internet, e manutenção adequada;

- ✚ Construção de quadra poliesportiva coberta;

Meta:

✧ Construção, até 2020, de quadras poliesportivas cobertas em unidades escolares com no mínimo 7 (sete) salas, e/ou acima de 100 alunos, e cobertura das quadras já existentes;

- ✚ Criar na rede Municipal um atendimento profissional, técnico especializada (Fonoaudiologia e Psicopedagogia) para as crianças e aos profissionais, trabalhando conjuntamente para acompanhamento dos casos a partir de um ano após a implantação deste PME;

Meta:

✧ Oferecer de forma gradativa, sendo 50% até 2017 e total até 2020, atendimento técnico especializado, através da rede municipal de educação, aos educandos e aos profissionais de ensino, desenvolvendo projetos junto ao departamento de Saúde, quanto à prevenção e cuidados aos docentes (fonoaudiólogo/psicopedagogo);



✚ Oferecer, cursos de formação voltados especificamente à acessibilidade aos materiais educativos para alunos com deficiência;

Meta:

✧ Oferecer de forma gradativa e anual, até 2020, cursos de formação aos educadores e profissionais da educação, direcionados a utilização de materiais educativos e pedagógicos aos alunos com deficiência;

✚ Promover, durante a vigência deste Plano, programas de integração entre escola e pais, visando efetivar o acompanhamento destes no rendimento escolar de seus filhos, convocando-os, quando necessário, em parceria com o Ministério Público;

Meta:

✧ Efetivar e intensificar a participação dos pais e/ou responsáveis no processo de aprendizagem dos educandos, em reuniões e ou quando necessário;

✚ Criar, manter e ampliar Conselhos Escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria da estrutura e funcionamento das instituições de educação Básica públicas e privadas (lucrativas e não-lucrativas), bem como no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos;

Meta:

✧ Criar, até o término de 2015, Conselhos Escolares e organizar a Associação de Pais e Mestres nas unidades de ensino, subsidiados pelo Regimento Escolar (aprovado em 2014), e pelo Projeto Político Pedagógico, o qual será organizado até o término de 2015, o qual, juntamente com Conselho Escolar e APM (Associação de Pais e Mestres), visa a maior integração na relação família-escola, tendo como consequência o aumento da periodicidade das reuniões do Conselho de Escola, assegurando o mínimo de quatro reuniões anuais, sendo duas por semestre em horários que facilitem a participação da família. Promover a participação dos membros da APMs e dos conselhos escolares da rede municipal de ensino em cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem



sobre o papel da comunidade na gestão democrática, cidadania e outros temas de interesse específico dos colegiados;

✚ Promover, a participação de pais, professores e gestores, com órgãos ligados a educação, com propósito de orientação quanto a planejamento e metodologias em determinadas ações;

Meta:

✧ Desenvolver, a partir do ano de 2015, um cronograma anual, de encontros entre a equipe gestora, docentes, pais e conselhos relacionados a educação, com objetivo de traçar direcionamentos para educação de qualidade;

✚ Assegurar, durante a vigência deste Plano, a nucleação das unidades escolares próximas, locadas na zona rural, as quais possuem até 02 (duas) salas multisseriadas;

Meta:

✧ Nuclear de forma gradativa, a partir do ano de 2015, e na totalidade até a vigência deste Plano, unidades escolares localizadas na zona rural, compostas por 02 salas multisseriadas, a fim de desenvolver uma metodologia que facilite o aprendizado do educando, assim como a execução de uma proposta pedagógica eficiente;

✚ Implantação de Escolas em Tempo Integral;

Meta:

✧ Estudo e Planejamento, a partir de 2015, e durante a vigência deste Plano, da implantação de escola em tempo integral, em determinadas unidades escolares, que possuam estrutura e condições da realização desta ação;

✚ Assegurar o ingresso aos professores de educação física e Arte, com formação específica na área, para atuar nas escolas da rede municipal de ensino;



Meta:

✧ Promover, a partir do ano de 2014, concursos públicos, a fim de contratar especialistas em Educação Física e Arte, os quais atuaram nas unidades escolares da zona urbana e rural;

✚ Assegurar durante a vigência deste Plano, medidas que possibilitem um ambiente educativo, no processo de aprendizagem;

Meta:

✧ Assegurar ao o suporte pedagógico, professores auxiliares e agentes de organização escolar; Desenvolver, durante o ano de 2015, juntamente com gestores, docentes e equipe escolar, a revisão e aprovação do Plano de Carreira do Magistério e das normas das unidades escolares, unificando os critérios pertinentes, para pais, professores e alunos;

✧ Desenvolver um planejamento as comunicações sejam realizadas em tempo oportuno as ações;

✚ Assegurar, o provimento da merenda escolar, de qualidade, aos alunos do Ensino fundamental, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição;

Meta:

✧ Estabelecer, anualmente, a partir da data de início deste plano, acompanhamento quanto ao preparo da merenda escolar, nas unidades escolares, assim como capacitação as cozinheiras e merendeiras;

✚ Assegurar, o transporte escolar nas zonas rurais e localidades distantes, conforme critérios definidos pelo Órgão Municipal de Educação, com colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir a escolarização de todos os alunos;

Meta:

✧ Organizar, durante a vigência do Plano, transporte escolar de qualidade, direcionado aos alunos da zona rural, especificamente educandos que residem distantes das unidades escolares;



✚ Garantir a ampliação do atendimento do ensino fundamental de nove anos, adequando as escolas, de acordo com as orientações das normas, ofertando capacitação aos profissionais municipais da educação para a aplicação desta proposta;

Meta.

✧ Iniciar a partir do ano de 2015, e seguir de forma gradativa até o ano de vigência deste Plano, as reformas e construções em unidades escolares;

✧ Garantir a inclusão da ampliação do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos na Proposta Pedagógica, prevendo recursos físicos, pedagógicos e humanos para implantação desta proposta, capacitando os profissionais de ensino;

✚ Assegurar durante a vigência deste Plano, a execução dos artigos descritos no Regimento Escolar do Município de Jacupiranga;

Meta.

✧ Executar na rede de ensino, os artigos do Regimento Escolar, a partir de sua aprovação, revisando-o, a cada 02 anos, até 2024, data limite da vigência deste Plano;

✚ Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos;

Meta.

✧ Assegurar, até 2016, criando mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental;

✧ Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem;

✧ Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde;



✧ Manter programas de formação de pessoal especializado, de produção de material didático e de desenvolvimento de currículos e programas específicos para educação escolar nas comunidades indígenas, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;

✧ Estimular a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais;

✧ Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

✚ Renovar a frota de veículos para o transporte escolar;

Meta:

✧ Renovar de acordo com convênios firmados, até o ano de vigência deste plano, a frota de veículos para o transporte escolar;

✚ Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade;

Meta:

✧ Durante a vigência deste plano, Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano;

✧ Aplicar exame periódico específico para aferir a alfabetização das crianças;

✧ Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

✧ Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e



favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

✚ Atingir as seguintes médias projetadas para o município:

IDEB	2015	2017	2019	2021
	5.6	5.9	6.1	6.4

Meta:

- ✧ Ao longo da vigência deste Plano, formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infra-estrutura física da rede escolar;
- ✧ Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados do IDEB das escolas, das redes públicas de educação básica e dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- ✧ Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional;
- ✧ Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica;
- ✧ Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação básica, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;



- ✧ Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes;
- ✧ Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- ✧ Prover equipamentos e recursos tecnológicos para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas da educação;
- ✧ Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
- ✧ Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- ✧ Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes;
- ✧ Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- ✧ Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino;

✚ Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar;



Meta:

✧ Estabelecer ao longo de vigência do Plano, parceria junto aos órgãos relacionados ao bem estar das crianças, respeitando seus direitos e auxiliando em seus deveres;

✚ Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

Meta:

✧ Possibilitar, no período de vigência deste Plano, o direito de jovens e adolescentes ao estudo;

✚ Garantir, durante a vigência deste Plano, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008;

Meta:

✧ Assegurar por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral;

✚ Garantir durante a vigência deste Plano, as ações descritas neste documento;

Meta:

✧ Assegurar, dentre as ações deste Plano, até o ano de 2024, que todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.



3 – Ensino Médio

O ensino médio é a etapa final da educação básica e prepara o jovem para a vida. Com duração mínima de três anos, esse estágio consolida e aprofunda o aprendizado do ensino fundamental, além de preparar o estudante para trabalhar e exercer a cidadania. Ensina teoria e prática em cada disciplina, facilitando a compreensão das profissões, e desenvolve o pensamento crítico e a autonomia intelectual do aluno.

Nesta nova etapa do ensino, é obrigatória a inclusão de uma língua estrangeira moderna, como o inglês ou o espanhol. Desde 2008, o ensino de Filosofia e Sociologia em todas as séries do ensino médio também é obrigatório. Como última etapa do curso básico, o ensino médio prepara os candidatos para o vestibular.

As escolas de educação profissional, científica e tecnológica também fazem parte do ensino médio. Existem aproximadamente 314 unidades voltadas para este tipo de educação em todos os estados do Brasil, entre Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Universidades Tecnológicas.

Segundo dados do Censo Escolar 2009, um total de 8.337.160 estudantes está matriculado no ensino médio regular – 1,1% em escolas federais (90.353), 85,9% em estaduais (7.163.020), 1,33% em municipais (110.780) e 11,67% em instituições privadas (973.007). A região Sudeste tem o maior número de matrículas no ensino médio com 3.356.293 alunos, seguida pela região Nordeste, com 2.512.783. O Centro-Oeste tem o menor número de alunos matriculados nessa etapa de ensino, com 609.722 estudantes. Ainda segundo o Censo Escolar 2009, o ensino médio brasileiro conta com 25.923 instituições.



3.1. - Diagnóstico.

- Escola Estadual Capitão Bernardo Ferreira Machado

IDESP:

Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo é o indicador que avalia a qualidade das escolas estaduais paulistas em cada ciclo escolar e permite fixar metas anuais para o aprimoramento da qualidade da educação no Estado. O IDESP e as metas fixadas norteiam o trabalho da equipe da escola na direção desta melhoria do ensino e da gestão escolar, com o apoio da Secretaria de Estado da Educação.

As informações deste boletim permitem que a escola analise a evolução de seu IDESP entre 2012 e 2013, em cada um de seus componentes, e avalie seu progresso em relação à meta que lhe foi proposta para 2013.

Também são apresentados os indicadores de pagamento da Bonificação por Resultados.

A partir de 2010, o Índice de Cumprimento de Metas passa a agregar dois componentes que antes eram tratados separadamente: i) a parcela cumprida da meta; e ii) o adicional por qualidade. Estes dois componentes já foram considerados para o cálculo do indicador de pagamento do bônus em 2010, exatamente sob a mesma forma de cálculo. A diferença reside apenas na denominação do indicador: o que se denomina Índice de Cumprimento de Metas – IC corresponde à soma da parcela cumprida da meta (que nos anos anteriores denominava-se IC) com o adicional por qualidade (antes denominado IQ).



A metodologia utilizada no cálculo do IDESP e dos indicadores de pagamento do bônus encontrasse em Nota Técnica do Programa de Qualidade da Escola, disponível no site da Secretaria de Estado da Educação.

IDESP 2013 - INDICADORES DA ESCOLA					
	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2013
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
5º ANO EF					
9º ANO EF	2.8437	1.7653	2.3	0.9846	2.26
3ª SÉRIE EM	2.8593	2.0533	2.46	0.9757	2.4

IDESP 2013 - REDE ESTADUAL			
	5º ANO EF	9º ANO EF	3ª SÉRIE EM
ESCOLA		2.26	2.4
DIRETORIA		2.73	1.99
MUNICÍPIO		3.14	2.4
ESTADO	4.42	2.50	1.83

EVOLUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS DE 2013, POR CICLO ESCOLAR				
	IDESP 2012	IDESP 2013	METAS 2013	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO (IC)
5º ANO EF				
9º ANO EF	2.86	2.26	2.99	0
3ª SÉRIE EM	2.59	2.4	2.69	0

MÁXIMO ENTRE ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA META 2013 E ADICIONAL POR QUALIDADE 2013, POR CICLO ESCOLAR			
	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO (IC)	ADICIONAL POR QUALIDADE (IQ)	MAXIMO (IC, IQ)
5º ANO EF			
9º ANO EF	0	0	0
3ª SÉRIE EM	0	17.98	17,98



ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE METAS POR CICLO ESCOLAR			
	MÁXIMO (IC, IQ)	ÍNDICE DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO (INSE)	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE METAS (ICM)
5º ANO EF		5,64	
9º ANO EF	0	5,64	0
3ª SÉRIE EM	17,98	5,64	28,05

* O índice de Cumprimento de Metas se limita a 120%.
 * O valor atribuído ao modulador (MOD) é igual a 10% (0,10)

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE METAS DE 2013 DA ESCOLA			
	NÚMERO DE ALUNOS	PROPORÇÃO DE ALUNOS AVALIADOS (%)	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE METAS DA ESCOLA (ICM)
5º ANO EF *	0	0 %	23,79
9º ANO EF	34	15,18 %	
3ª SÉRIE EM	190	84,82 %	
TOTAL	224	100%	

* Número de alunos avaliados e considerados para cálculo do IDESP

METAS 2013 POR CICLO ESCOLAR		
	IDESP 2013	METAS 2014
5º ANO EF		
9º ANO EF	2,26	2,43
3ª SÉRIE EM	2,4	2,53

3.2. – Princípios para um currículo comprometido com o seu tempo.

I. Uma escola que também aprende.

A tecnologia imprime um ritmo sem precedentes no acúmulo de conhecimentos e gera uma transformação profunda na sua estrutura e nas suas formas de organização e distribuição. Nesse contexto, a capacidade de aprender terá de ser trabalhada não apenas nos alunos, mas na própria escola, enquanto instituição educativa: tanto as instituições como os docentes terão de aprender.

Isso muda radicalmente nossa concepção da escola como instituição que ensina para posicioná-la como instituição que também aprende a ensinar. As interações entre os responsáveis pela aprendizagem dos alunos têm caráter de ações formadoras, mesmo que os envolvidos não se dêem conta disso. Neste sentido, cabe lembrar a responsabilidade da equipe gestora como formadora de professores e a



responsabilidade dos docentes, entre si e com o grupo gestor, na problematização e na significação dos conhecimentos sobre sua prática.

De acordo com essa concepção, a escola deve aprender parte do princípio de que ninguém conhece tudo e de que o conhecimento coletivo é maior que a soma dos conhecimentos individuais, além de ser qualitativamente diferente. Esse é o ponto de partida para o trabalho colaborativo, para a formação de uma “comunidade aprendente”, nova terminologia para um dos mais antigos ideais educativos. A vantagem é que hoje a tecnologia facilita a viabilização prática desse ideal.

Ações como a construção coletiva da Proposta Pedagógica, por meio da reflexão e da prática compartilhadas, e o uso intencional da convivência como situação de aprendizagem fazem parte da constituição de uma escola à altura dos tempos atuais. Observar que as regras da boa pedagogia também se aplicam àqueles que estão aprendendo a ensinar é uma das chaves para o sucesso das lideranças escolares. Os gestores, como agentes formadores, devem aplicar com os professores tudo aquilo que recomendam a eles que apliquem com seus alunos.

II. O currículo como espaço de cultura:

No cotidiano escolar, a cultura é muitas vezes associada ao que é local, pitoresco, folclórico, bem como ao divertimento ou lazer, enquanto o conhecimento é frequentemente associado a um inalcançável saber. Essa dicotomia não cabe em nossos tempos: a informação está disponível a qualquer instante, em tempo real, ao toque de um dedo, e o conhecimento constitui-se como uma ferramenta para articular teoria e prática, o mundial e o local, o abstrato e seu contexto físico.

Currículo é a expressão de tudo o que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Precisamos entender que as atividades extraclasse não são “extracurriculares” quando se deseja



articular a cultura e o conhecimento. Neste sentido todas as atividades da escola são curriculares ou não serão justificáveis no contexto escolar. Se não rompermos essa dissociação entre cultura e conhecimento não conseguiremos conectar o currículo à vida – e seguiremos alojando na escola uma miríade de atividades “culturais” que mais dispersam e confundem do que promovem aprendizagens curriculares relevantes para os alunos.

O conhecimento tomado como instrumento, mobilizado em competências, reforça o sentido cultural da aprendizagem. Tomado como valor de conteúdo lúdico, de caráter ético ou de fruição estética, numa escola com vida cultural ativa, o conhecimento torna-se um prazer que pode ser aprendido, ao se aprender a aprender. Nessa escola, o professor não se limita a suprir o aluno de saberes, mas é o parceiro de fazeres culturais, aquele que promove de muitas formas o desejo de aprender, sobretudo com o exemplo de seu próprio entusiasmo pela cultura humanista, científica, artística e literária.

Quando o projeto pedagógico da escola tem entre suas prioridades essa cidadania cultural, o currículo é a referência para ampliar, localizar e contextualizar os conhecimentos que a humanidade acumulou ao longo do tempo. Então, o fato de uma informação ou um conhecimento ser de outro lugar, ou de todos os lugares na grande rede de informação, não será obstáculo à prática cultural resultante da mobilização desse conhecimento nas ciências, nas artes e nas humanidades.

III. As competências como referência.

Um currículo que promove competências tem o compromisso de articular as disciplinas e as atividades escolares com aquilo que se espera que os alunos aprendam ao longo dos anos. Logo, a atuação do professor, os conteúdos, as metodologias disciplinares e a aprendizagem requerida dos alunos são aspectos indissociáveis:



compõem um sistema ou rede cujas partes têm características e funções específicas que se complementam para formar um todo, sempre maior do que elas. Maior porque se compromete em formar crianças e jovens para que se tornem adultos preparados para exercer suas responsabilidades (trabalho, família, autonomia etc.) e para atuar em uma sociedade que muito precisa deles.

Um currículo referido a competências supõe que se aceite o desafio de promover os conhecimentos próprios de cada disciplina articuladamente às competências e habilidades “do aluno”. É com essas competências e habilidades que ele contará para fazer sua leitura crítica do mundo, para compreendê-lo e propor explicações, para defender suas ideias e compartilhar novas e melhores formas de ser, na complexidade em que hoje isso é requerido.

É com elas que, em síntese, ele poderá enfrentar problemas e agir de modo coerente em favor das múltiplas possibilidades de solução ou gestão. Tais competências e habilidades podem ser consideradas em uma perspectiva geral, isto é, no que têm de comum com as disciplinas e tarefas escolares, ou então no que têm de específico. Competências, neste sentido, caracterizam modos de ser, raciocinar e interagir que podem ser apreendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas, tarefas ou atividades. Graças a elas podemos inferir se a escola como instituição está cumprindo bem o papel que se espera dela no mundo de hoje.

Os alunos considerados nesta proposta têm, de modo geral, de 11 a 18 anos de idade. Valorizar o desenvolvimento de competências nesta fase da vida implica em ponderar, além de aspectos curriculares e docentes, os recursos cognitivos, afetivos e sociais de que os alunos dispõem. Implica, pois, em analisar como o professor mobiliza conteúdos, metodologias e saberes próprios de sua disciplina ou área de conhecimento, visando desenvolver competências em adolescentes, bem como instigar



desdobramentos para a vida adulta. Paralelamente a essa conduta, é preciso considerar quem são esses alunos. Ter entre 11 e 18 anos significa estar em uma fase peculiar da vida, localizada entre a infância e a idade adulta. Neste sentido, o jovem é aquele que deixou de ser criança e se prepara para tornar-se adulto. Trata-se de um momento complexo e contraditório, que deve orientar nossa proposta sobre o papel da escola nessa fase de vida.

Nessa etapa curricular, a tríade sobre a qual competências e habilidades são desenvolvidas pode ser assim caracterizada: a) o adolescente e as características de suas ações e pensamentos; b) o professor, suas características pessoais e profissionais e a qualidade de suas mediações; e c) os conteúdos das disciplinas e as metodologias para seu ensino e aprendizagem.

Houve um tempo em que a educação escolar era referenciada no ensino – o plano de trabalho da escola indicava o que seria ensinado ao aluno. Essa foi uma das razões pelas quais o currículo escolar foi confundido com um rol de conteúdos disciplinares. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (lei 9394/1996) deslocou o foco do ensino para o da aprendizagem, e não é por acaso que sua filosofia não é mais a da liberdade de ensino, mas a do direito de aprender.

O conceito de competências também é fundamental na LDB e nas Diretrizes e parâmetros Curriculares Nacionais, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação. O currículo referenciado em competências é uma concepção que requer que a escola e o plano do professor indiquem o que aluno vai aprender.

Uma das razões para se optar por uma educação centrada em competências diz respeito à democratização da escola. No momento em que se conclui o processo de universalização do Ensino Fundamental e se incorpora toda a heterogeneidade que



caracteriza o povo brasileiro, a escola, para ser democrática, tem de ser igualmente acessível a todos, diversa no tratamento de cada um e unitária nos resultados.

Difícilmente essa unidade seria obtida com ênfase no ensino, porque é quase impossível, em um país como o Brasil, estabelecer o que deve ser ensinado a todos, sem exceção. Por isso optou-se por construir a unidade com ênfase no que é indispensável que todos tenham aprendido ao final do processo, considerando a diversidade. Todos têm direito de construir, ao longo de sua escolaridade, um conjunto básico de competências, definido pela lei. Este é o direito básico, mas a escola deverá ser tão diversa quanto são os pontos de partida das crianças que recebe. Assim, será possível garantir igualdade de oportunidades, diversidade de tratamento e unidade de resultados. Quando os pontos de partida são diferentes, é preciso tratar diferentemente os desiguais para garantir a todos uma base comum. Pensar o currículo no tempo atual é viver uma transição, na qual, como em toda transição, traços do velho e do novo se mesclam nas práticas cotidianas. É comum que o professor, quando formula o seu plano de trabalho, indique o que vai ensinar e não o que o aluno vai aprender. E é compreensível nesse caso que, ao final do ano, tendo cumprido seu plano, ele afirme, diante do fracasso do aluno, que fez sua parte, ensinando, e que foi o aluno que não aprendeu.

A transição da cultura do ensino para a da aprendizagem não é individual. A escola deve fazê-la coletivamente, tendo à frente seus gestores para capacitar os professores em seu dia-a-dia, a fim de que todos se apropriem dessa mudança de foco. Cabe às instâncias condutoras da política educacional nos estados e nos municípios elaborar, a partir das Diretrizes e dos Parâmetros Nacionais, Propostas Curriculares próprias e específicas, provendo os recursos humanos, técnicos e didáticos para que as escolas, em seu projeto pedagógico, estabeleçam os planos de trabalho que, por sua



vez, farão das propostas currículos em ação – como no presente esforço desta Secretaria.

IV. Prioridade para a competência da leitura e da escrita.

A humanidade criou a palavra, que é constitutiva do humano, seu traço distintivo. O ser humano constitui-se assim um ser de linguagem e disso decorre todo o restante, tudo o que transformou a humanidade naquilo que é. Ao associar palavras e sinais, criando a escrita, o homem construiu um instrumental que ampliou exponencialmente sua capacidade de comunicar-se, incluindo pessoas que estão longe no tempo e no espaço. Representar, comunicar e expressar são atividades de construção de significado relacionadas a vivências que se incorporam ao repertório de saberes de cada indivíduo. Os sentidos são construídos na relação entre a linguagem e o universo natural e cultural em que nos situamos. E é na adolescência, como vimos, que a linguagem adquire essa qualidade de instrumento para compreender e agir sobre o mundo real. A ampliação das capacidades de representação, comunicação e expressão está articulada ao domínio não apenas da língua mas de todas as outras linguagens e, principalmente, ao repertório cultural de cada indivíduo e de seu grupo social, que a elas dá sentido. A escola é o espaço em que ocorre a transmissão, entre as gerações, do ativo cultural da humanidade, seja artístico e literário, histórico e social seja científico e tecnológico. Em cada uma dessas áreas, as linguagens são essenciais. As linguagens são sistemas simbólicos, com os quais recortamos e representamos o que está no nosso exterior, no nosso interior e na relação entre esses âmbitos; é com eles também que nos comunicamos com os nossos iguais e expressamos nossa articulação com o mundo. Em nossa sociedade, as linguagens e os códigos se multiplicam. Os meios de comunicação estão repletos de gráficos, esquemas, diagramas, infográficos, fotografias e desenhos. O design diferencia produtos equivalentes quanto ao



desempenho ou à qualidade. A publicidade circunda nossas vidas, exigindo permanentes tomadas de decisão e fazendo uso de linguagens sedutoras e até enigmáticas. Códigos sonoros e visuais estabelecem a comunicação nos diferentes espaços. As ciências construíram suas próprias linguagens, plenas de símbolos e códigos. A produção de bens e serviços foi em grande parte automatizada e cabe a nós programar as máquinas, utilizando linguagens específicas. As manifestações artísticas e de entretenimento utilizam, cada vez mais, diversas linguagens que se articulam. Para acompanhar tal contexto, a competência de leitura e de escrita contemplada nesta proposta vai além da linguagem verbal, vernácula – ainda que esta tenha papel fundamental – e refere-se a sistemas simbólicos como os citados, pois essas múltiplas linguagens estão presentes no mundo contemporâneo, na vida cultural e política, bem como nas designações e nos conceitos científicos e tecnológicos usados atualmente. A constituição dessa competência tem como base o desenvolvimento do pensamento antecipatório, combinatório e probabilístico que permite estabelecer hipóteses, algo que caracteriza o período da adolescência. A prioridade das linguagens no currículo da educação básica tem como fundamento a centralidade da linguagem no desenvolvimento da criança e do adolescente. Nas crianças a linguagem, em suas diversas expressões, é apenas um recurso simbólico, ou seja, permite representar ou comunicar conteúdos cujas formas, elas mesmas, não podem ser estruturadas como linguagem. Nessa fase, tais formas são as próprias ações e os pensamentos, organizados como esquemas de procedimentos, representações e compreensões. Ou seja, as crianças realizam e compreendem ao falar, pensar ou sentir, mas não sabem ainda tratar o próprio agir, pensar ou sentir como uma forma de linguagem. É só na adolescência que isso se tornará possível e transformará o ser humano em um ser de linguagem, em sua expressão mais radical. A linguagem não é apenas uma forma de



representação, como expressam, por seus limites, as crianças. Mais do que isso, ela é uma forma de compreensão e ação sobre o mundo. É isso o que os adolescentes, com todos os seus exageros, manifestam. Graças à linguagem, o pensamento pode se tornar antecipatório em sua manifestação mais completa: é possível calcular as consequências de uma ação sem precisar realizá-la. Pode-se ainda fazer combinações e analisar hipóteses sem precisar conferi-las de antemão, na prática, pois algumas de suas consequências podem ser deduzidas apenas pelo âmbito da linguagem. Pode-se estabelecer relações de relações, isto é, imaginar um objeto e agir sobre ele, decidindo se vale a pena ou não interagir com ele em outro plano. Em outras palavras, graças à linguagem, agora constituída como forma de pensar e agir, o adolescente pode raciocinar em um contexto de proposições ou possibilidades, pode ter um pensamento combinatório, pode aprender as disciplinas escolares em sua versão mais exigente, pode refletir sobre os valores e fundamentos das coisas. Do ponto de vista social e afetivo, a centralidade da linguagem nos processos de desenvolvimento possibilita ao adolescente aprender, pouco a pouco, a considerar suas escolhas em uma escala de valores. Viabiliza-lhe aprender a enfrentar as consequências das próprias ações, a propor e alterar contratos, a respeitar e criticar normas, a formular seu próprio projeto de vida e a tecer seus sonhos de transformação do mundo. É, portanto, em virtude da centralidade da linguagem no desenvolvimento da criança e do adolescente que esta Proposta Curricular prioriza a competência leitora e escritora. Só por meio dela será possível concretizar a constituição das demais competências, tanto as gerais como aquelas associadas a disciplinas ou temas específicos. Para desenvolvê-la é indispensável que seja objetivo de aprendizagem de todas as disciplinas do currículo, ao longo de toda a escolaridade básica. Por esse caráter essencial da competência de leitura e escrita para a aprendizagem dos conteúdos curriculares de todas as áreas e



disciplinas, a responsabilidade por sua aprendizagem e avaliação cabe a todos os professores, que devem transformar seu trabalho em oportunidades nas quais os alunos possam aprender e consolidar o uso da Língua Portuguesa e das outras linguagens e códigos que fazem parte da cultura, bem como das formas de comunicação em cada uma delas. Tal radicalismo na centralidade da competência leitora e escritora, que leva a colocá-la como objetivo de todas as séries e todas as disciplinas, coloca aos gestores (a quem cabe a educação continuada dos professores na escola) a necessidade de criar oportunidades para que os docentes também desenvolvam essa competência – por cuja constituição, nos alunos, são responsáveis. Por fim, é importante destacar que o domínio das linguagens representa um primordial elemento para a conquista da autonomia, sendo a chave para o acesso a informações e permitindo a comunicação de ideias, a expressão de sentimentos e o diálogo, necessários à negociação dos significados e à aprendizagem continuada.

V. Articulação das competências para aprender:

A aprendizagem é o centro da atividade escolar. Por extensão, o professor caracteriza-se como um profissional da aprendizagem, e não tanto do ensino. Isto é, ele apresenta e explica conteúdos, organiza situações para a aprendizagem de conceitos, métodos, formas de agir e pensar, em suma, promove conhecimentos que possam ser mobilizados em competências e habilidades, as quais, por sua vez, instrumentalizam os alunos para enfrentar os problemas do mundo real. Dessa forma, a expressão “educar para a vida” pode ganhar seu sentido mais nobre e verdadeiro na prática do ensino. Se a educação básica é para a vida, a quantidade e a qualidade do conhecimento têm de ser determinadas por sua relevância para a vida de hoje e do futuro, além dos limites da escola. Portanto, mais que os conteúdos isolados, as competências são guias eficazes para educar para a vida. As competências são mais gerais e constantes, e os conteúdos,



mais específicos e variáveis. É exatamente a possibilidade de variar os conteúdos no tempo e no espaço que legitima a iniciativa dos diferentes sistemas públicos de ensino para selecionar, organizar e ordenar os saberes disciplinares que servirão como base para a constituição de competências, cuja referência são as diretrizes e orientações nacionais, de um lado, e as demandas do mundo contemporâneo, de outro. As novas tecnologias da informação produziram uma mudança na produção, na organização, no acesso e na disseminação do conhecimento. A escola hoje já não é mais a única detentora da informação e do conhecimento, mas cabe a ela preparar seu aluno para viver em uma sociedade em que a informação é disseminada em grande velocidade. Vale insistir que essa preparação não exige maior quantidade de ensino e sim melhor qualidade de aprendizagem. É preciso deixar claro que isso não significa que os conteúdos do ensino não sejam importantes; ao contrário, são tão importantes que a eles está dedicado este trabalho de elaboração da proposta curricular do ensino oficial do Estado de São Paulo. São tão decisivos que é indispensável aprender a continuar aprendendo os conteúdos escolares, mesmo fora da escola ou depois dela. Continuar aprendendo é a mais vital das competências que a educação deste século precisa desenvolver. Não só os conhecimentos com os quais a escola trabalha podem mudar, como a vida de cada um trará novas ênfases e necessidades, que precisarão ser continuamente supridas. Preparar-se para acompanhar esse movimento torna-se o grande desafio das novas gerações. Esta Proposta Curricular adota, como competências para aprender, aquelas que foram formuladas no referencial teórico do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio. Entendidas como desdobramentos da competência leitora e escritora, para cada uma das cinco competências do Enem transcritas a seguir apresenta-se a articulação com a competência de ler e escrever. I. “Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e



científica.” A constituição da competência de leitura e escrita é também o domínio das normas e dos códigos que tornam as linguagens instrumentos eficientes de registro e expressão, que podem ser compartilhados. Ler e escrever, hoje, são competências fundamentais a qualquer disciplina ou profissão. Ler, entre outras coisas, é interpretar (atribuir sentido ou significado), e escrever, igualmente, é assumir uma autoria individual ou coletiva (tornar-se responsável por uma ação e suas consequências). II. “Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.” É o desenvolvimento da linguagem que possibilita o raciocínio hipotético-dedutivo, indispensável à compreensão de fenômenos. Ler, nesse sentido, é um modo de compreender, isto é, de assimilar experiências ou conteúdos disciplinares (e modos de sua produção); escrever é expressar sua construção ou reconstrução com sentido, aluno por aluno. III. “Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema”. Ler implica também – além de empregar o raciocínio hipotético-dedutivo, que possibilita a compreensão de fenômenos – antecipar, de forma comprometida, a ação para intervir no fenômeno e resolver os problemas decorrentes dele. Escrever, por sua vez, significa dominar os muitos formatos que a solução do problema comporta. IV. “Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.” A leitura, aqui, sintetiza a capacidade de escutar, supor, informar-se, relacionar, comparar etc. A escrita permite dominar os códigos que expressam a defesa ou a reconstrução de argumentos – com liberdade, mas observando regras e assumindo responsabilidades. V. “Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção



solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.” Ler, aqui, além de implicar em descrever e compreender, bem como em argumentar a respeito de um fenômeno, requer a antecipação de uma intervenção sobre ele, com tomada de decisões a partir de uma escala de valores. Escrever é formular um plano para essa intervenção, levantar hipóteses sobre os meios mais eficientes para garantir resultados, a partir da escala de valores adotada. É no contexto da realização de projetos escolares que os alunos aprendem a criticar, respeitar e propor projetos valiosos para toda a sociedade; por intermédio deles, aprendem a ler e escrever as coisas do mundo atual, relacionando ações locais com visão global, por meio de atuação solidária.

VI. Articulação com o mundo do trabalho

A contextualização tem como norte os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases, as normas das Diretrizes Curriculares Nacionais, que são obrigatórias, e as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram elaborados para o Ensino Médio mas são pertinentes para a educação básica como um todo, sobretudo para o segmento da 5ª série em diante. Para isso é preciso recuperar alguns tópicos desse conjunto legal e normativo.

3.3. – Objetivos e Metas

✚ Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Metas

✧ Institucionalizar programa nacional de diversificação curricular do ensino médio a fim de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e conteúdos eletivos articulados em dimensões temáticas tais como ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte,



produção de material didático específico e formação continuada de professores;

✧ Utilizar exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame;

✧ Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas;

✧ Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional, de forma concomitante ao ensino médio público;

✧ Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho;

✧ Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem;

✧ Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde;



- ✧ Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
- ✧ Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série;
- ✧ Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

✚ Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Metas

- ✧ Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para o ensino médio;
- ✧ Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados do IDEB das escolas, da rede estadual de ensino;
- ✧ Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes;
- ✧ Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino médio, de forma a incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação;

- ✧ Selecionar, certificar e divulgar tecnologia educacional para o ensino e médio, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;
- ✧ Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no ensino médio, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes;
- ✧ Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, do ensino médio, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- ✧ Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar, com a presença do professor mediador;
- ✧ Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- ✧ Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral;
- ✧ Assegurar, a todas as escolas água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a sala de leitura;



acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências;

✧ Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

✧ Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes;

✧ Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes do ensino médio, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

✧ Orientar as políticas das redes e sistemas de educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem;

✧ Confrontar os resultados obtidos no IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, como forma de controle externo da convergência entre os processos de avaliação do ensino conduzidos pelo INEP e processos de avaliação do ensino internacionalmente reconhecidos, de acordo com as seguintes projeções;



ENSINO SUPERIOR

O ensino superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. O cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre *lato sensu* (especializações e MBAs) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados).

Além da forma presencial, em que o aluno deve ter frequência em pelo menos 75% das aulas e avaliações, ainda é possível formar-se por ensino a distância (EAD). Nessa modalidade, o aluno recebe livros, apostilas e conta com a ajuda da internet. A presença do aluno não é necessária dentro da sala de aula. Existem também cursos semipresenciais, com aulas em sala e também a distância.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), órgão do Ministério da Educação, é a unidade responsável por garantir que a legislação educacional seja cumprida, para garantir a qualidade dos cursos superiores do País.

Para medir a qualidade dos cursos de graduação no país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) utilizam o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado uma vez por ano, logo após a publicação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). O IGC usa como base uma média dos conceitos de curso de graduação da instituição, ponderada a partir do número de matrículas, mais notas de pós-graduação de cada instituição de ensino superior.

O município de Jacupiranga não dispõe de instituição de ensino superior, entretanto, 135 alunos atualmente estudam em uma instituição há aproximadamente 28 quilômetros de distância do município.



O objetivo ao longo do prazo de vigência deste plano é intensificar o auxílio a todos educandos e oferecer ensino superior a distancia, com polo no município.

A meta para tal ação é estabelecer parceira com instituições de ensino superior, até 2018, de forma a auxiliar e apoiar a instalação de um polo, com cursos de graduação.



III – MODALIDADES DE ENSINO

1 – Educação de Jovens e Adultos

Em fevereiro de 2007, a Prefeitura Municipal de Jacupiranga, através do Departamento Municipal de Educação implanta o curso do EJA (Educação de Jovens e Adultos) no seu 1º segmento que compreende às quatro primeiras séries do ensino fundamental. Esta organização em Ciclo é citada na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional no Art. 32, § 1º, onde faculta o sistema de ensino desdobrar o Ensino Fundamental em Ciclos. A Proposta Curricular do 1º segmento de EJA, elaborado em 1999 pelo Ministério da Educação já orienta para organização desta modalidade de ensino em Ciclos: O Ciclo de alfabetização e o de pós-alfabetização. Esse segmento subdividiu-se em 4 fases que chamamos de termo. Cada termo compreende a um espaço temporal de 100 dias letivos, funcionando das 19:00 às 22:00 horas na EMEF Prof. Carlos Alberto Vigneron.

O número mínimo de 25 alunos é estabelecido para a formação de classe por nível de aprendizagem.

A atual LDB, abriga no seu Título V (Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino), capítulo II (Da Educação Básica) a Seção V denominada Da Educação de Jovens e Adultos nos artigos 37 e 38, que compõe a EJA como modalidade da Educação Básica, nas suas etapas fundamental e médio na idade própria.

O artigo 37, diz que a EJA será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

No artigo 38, apronta que os Sistemas de Ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando o prosseguimento de estudos em caráter regular.



Estes dois artigos tornaram a EJA uma modalidade da Educação Básica reconhecida como direito público subjetivo na etapa do Ensino Fundamental, sendo regular na modalidade de exercício de função reparadora.

1.1 – A ORGANIZAÇÃO EM CICLOS:

A justificativa para que também a EJA seja organizada em Ciclos, se dá mediante a reorganização da escola com espaço de formação e não apenas de aprendizagem. A constituição do sujeito é a preocupação principal e deste princípio a concepção de educação é definida em função do objetivo amplo que justapõe a aprendizagem de várias áreas de conhecimento, como parte integrante da formação humana, O que inclui a dimensão ética do uso do conhecimento.

A organização em ciclo envolve: o gerenciamento do tempo, da utilização do espaço, dos instrumentos culturais, da coletividade que se reúne em torno do espaço escolar e, finalmente, da socialização do conhecimento. A educação por Ciclos constitui em estar proporcionando aos educandos o tempo adequado ao seu desenvolvimento, seja ele nos aspectos cognitivo, emocional e social.

1.2 – OBJETIVOS E METAS:

✚ Promover, a partir de 2015, a oferta de educação de jovens e adultos para a população de 14/16 anos e mais que não tenha concluído o Ensino Fundamental e de 18 anos e mais que não tenha concluído o Ensino Médio.

Metas:

- ✧ Otimizar o oferecimento da modalidade EJA em áreas caracterizadas pelo analfabetismo e baixa escolaridade;
- ✧ Incitar a oferta de material didático-pedagógico, adequado à especificidade desta modalidade de ensino, para os cursos em nível de Ensino Fundamental e



Médio para jovens e adultos, de forma a incentivar as iniciativas mencionadas nas metas deste Plano;

- ✧ Realizar, anualmente, até 2024, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de jovens e adultos, no município, que constituam referência no esforço da minimização dos índices de analfabetismo;
- ✧ Assegurar a manutenção de programas de educação continuada aos educadores de jovens e adultos, levando-se em conta as peculiaridades (perfil) deste público, incentivando o aproveitamento desses cursos nos processos de escolha/atribuição;
- ✧ Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade para a implantação de polos de educação de jovens e adultos, tendo como objetivo o encaminhamento desses alunos para a continuidade dos estudos;
- ✧ Realizar um censo da população iletrada, por bairro, visando a localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população;
- ✧ Reestruturar e fortalecer os setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos;
- ✧ Buscar parcerias visando a aplicação anual de Exames de Certificação de Competências para Jovens e Adultos, estimulando o prosseguimento de estudos;
- ✧ Associar ao Ensino Fundamental e Médio para jovens e adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional (modalidade: curso técnico);
- ✧ Realizar, a cada ano, avaliação e divulgação dos resultados dos programas de educação de jovens e adultos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do plano;



- ✧ Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de inserção ao mundo do trabalho e de geração de empregos;
- ✧ Incentivar empresas públicas e privadas na adesão a Projetos, estimulando os trabalhadores na continuidade dos estudos;
- ✧ Articular as políticas de educação de jovens e adultos com outras áreas como saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede;
- ✧ Estimular as parcerias intersetoriais, promovendo projetos socioculturais e ações educativas, com vistas ao fortalecimento da identidade do educando jovem e adulto com sua escola;
- ✧ Definir políticas de inclusão apropriadas a esta modalidade de ensino que, por meio de ações concretas, garantam o atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais;



2 – Educação Profissionalizante e Tecnológica

2.1.– LEGISLAÇÃO:

- ✧ Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme Art. 13 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012;
- ✧ Planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Promover o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;
- ✧ Definir e implantar política de financiamento permanente para a Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Fortalecer a Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;
- ✧ Promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da Educação Profissional e Tecnológica;



- ✧ Estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo;
- ✧ Estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- ✧ Estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE.

2.2.– EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM JACUPIRANGA.

O município de Jacupiranga, atualmente, dispõe de ensino técnico, com 40 alunos, ministrados na Escola Estadual Profº Capitão Bernardo Ferreira Machado e o curso do PRONATEC, onde foram matriculados 156 alunos, ministrados na Escola Municipal de Ensino Fundamental, Profº Carlos Alberto Vigneron.

Além dos dados expostos acima, existentes educandos da cidade de Jacupiranga, que estudam em instituições em outro município, sendo: 28 alunos no Instituto Federal e outros matriculados no ITEC, em Registro (28 km de distancia).

O principal objetivo, na vigente deste Plano, é ampliar as vagas e os cursos técnicos ministrados no município, tendo como meta esta ampliação de oferta até 2017.



IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

O art. 67 da LDB determina que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho e condições adequadas de trabalho.

A concepção de valorização dos profissionais da educação, assumida neste Plano Municipal de Educação, concretiza-se através da inter-relação entre duas dimensões: uma objetiva, que diz respeito às condições funcionais inerentes à profissão, a saber, carreira, remuneração, condições de trabalho e formação e outra subjetiva que se refere ao reconhecimento social e dignidade profissional. Neste sentido, pensar a valorização dos profissionais da educação, demanda discussões e ações que articulem formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

A valorização dos profissionais da educação é condição fundamental para garantia do direito à educação e, conseqüentemente, ao acesso dos educandos à escola de qualidade social, sendo uma obrigação dos sistemas e base da construção da identidade profissional. Desta forma, constitui-se pauta imperativa para a União, estados, DF e municípios, no sentido de promover a elaboração de planos de carreira, valorizando, dentre outros aspectos, a formação continuada e a titulação dos profissionais da educação.

A formação dos docentes, na atualidade, foi revista e apresentou avanços, com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da



Educação Nacional, em dezembro de 1996, que vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: desde a educação infantil- com a incorporação das creches- às universidades, além das modalidades de ensino, incluindo a educação especial, de jovens e adultos, profissional, indígena, do campo e ensino a distância; além dos recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais da área.

É fundamental, como ponto de partida, que o professor construa sua própria identidade a partir da significação social da profissão; da revisão constante de seus significados; da revisão das tradições. Mas, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente, que permanecem significativas e que compreendem saberes válidos às necessidades da realidade atual. Práticas construídas a partir do confronto com as teorias, das análises sistêmicas, das práticas à luz das teorias existentes e das construções de novas teorias.

Tais práticas são também construídas pelo significado que cada professor, enquanto sujeito e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de se situar no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida, do ser professor.

Assim sendo, a formação continuada do profissional da educação abrange oportunidades de aprendizagem diversas, sejam elas naturais e evolutivas, esporádicas, ou resultado de um planejamento com objetivos claros em termos de metas a serem alcançadas e fundamentadas numa concepção político-pedagógica ampla, que assegure a articulação teoria e prática, a pesquisa e a extensão.

É consensual a afirmativa de que no processo de formação do professor também se deve levar em conta a criação de sistemas de formação continuada e



permanente, numa perspectiva alargada da aprendizagem profissional e de natureza holística e dinâmica.

Além da formação inicial e continuada, é preciso que a política de valorização e formação do profissional da educação garanta o acesso a diversos meios e equipamentos que possibilitem a busca de informações, conteúdos e vivências para a ampliação do conhecimento pessoal (visitas, excursões, encontros, bibliotecas, computadores, internet).

Vale ressaltar que no planejamento das ações educacionais do Município, a questão da valorização dos profissionais da educação deve receber atenção especial, pois o fazer pedagógico é uma interação constante entre necessidades e possibilidades de as crianças construírem seus conhecimentos.

Essa política de valorização e formação dos profissionais da educação deverá abranger, além dos professores, todos os demais profissionais que atuam no processo educativo, pois a intervenção do professor e de outros funcionários são decisivas no fazer pedagógico cotidiano, ao organizarem a proposta pedagógica; ao questionarem; ao adequarem os interesses; ao lançarem desafios; ao proporem metodologias diferenciadas e inovadoras; ao respeitarem a diversidade. O profissional deve ser, acima de tudo, comprometido com o desenvolvimento da pessoa humana e, por isso, toda qualificação deverá ser oportunizada.

Salienta-se, por fim, que além das políticas e ações voltadas para a formação inicial e continuada, a valorização dos profissionais da educação demanda a efetivação de uma política mais ampla que envolva, tal como aponta (CONAE, 2014), a garantia pelos sistemas de ensino de mecanismos de democratização da gestão, avaliação, financiamento e as garantias de ingresso na carreira por concurso público.



A caracterização da situação existente é imprescindível para propor ações que favoreçam um melhor desempenho dos docentes e dos demais profissionais em educação, que atendam às questões de salário, carreira, qualificação, etc.

É nessa perspectiva que a valorização dos profissionais da educação é concebida neste PME, articulando formação, remuneração, carreira e condições de trabalho, aspectos estes materializados nas metas e estratégias que ora se apresentam, tendo como base os princípios anteriormente ressaltados e as políticas educacionais em nível nacional e estadual, com destaques para a LDB, Lei nº 9394/96, as Diretrizes Nacionais de Carreira (CNE 2009), o Plano Nacional e o Sistema Nacional de Educação como política de Estado.

OBJETIVOS E METAS:

✚ Valorização dos Profissionais da Educação:

Metas:

- ✧ Assegurar, no prazo de ano após a aprovação deste PME, a revisão do plano de carreira e Vencimentos dos profissionais da educação pública municipal, tomando como referência o piso salarial Nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 constituição federal;
- ✧ Garantir aos educadores acesso aos meios, espaços e produções culturais como teatro, cinema, museu, exposições, Feiras culturais, entre outros, visando a integração sociocultural como elemento de agregação de conhecimento;
- ✧ Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade Educacional;
- ✧ Contemplar e ampliar na infraestrutura existente das escolas espaços de convivência adequada para os trabalhadores da educação equipados com recursos tecnológicos;
- ✧ Garantir a formação continuada aos profissionais administrativos e operacionais (merendeira, motorista, agentes de organização escolar, entre



outros), da rede pública municipal de ensino, para uma prática mais efetiva no processo educacional de qualidade;

✧ Garantir formação continuada aos professores do ensino fundamental em cumprimento à política de alfabetização;

✧ Garantir as condições materiais, financeiras e humanas para implementação de uma política de formação continuada na Rede pública municipal de ensino, de forma articulada, contemplando os diversos seguimentos da escola (docentes, Gestores, secretários, administrativos, coordenadores pedagógicos e demais servidores), com foco nas dimensões Pedagógicas, administrativas, financeiras e relacionais assegurando as peculiaridades das escolas de tempo parcial e de tempo integral;



V – FÓRUMS TEMÁTICOS



O Plano Municipal de Educação, mantendo o princípio da participação democrática, é um documento que prevê a definição de objetivos e metas educacionais de Jacupiranga, para a década - 2014 a 2024. O seu planejamento, organização e realização de ações integradas, entre os órgãos governamentais e da sociedade civil, tem como foco a qualidade da Educação Básica e das modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica..

Como bases fundamentais, para a elaboração deste PME, foram realizadas reuniões com os segmentos relacionados à educação, tais como o Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB, Instituições filantrópicas, CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes), gestores de escolas estaduais, representantes do Conselho Tutelar, de planejamento e finanças da prefeitura, os quais contribuíram de forma direta na realização e organização deste documento.

Da mesma forma, no dia 04/02/2014, foi realizado, estudo com os docentes, e gestores da rede municipal de ensino, os quais estiveram abordando temas diretamente ligados à educação do município, tendo como culminância, uma plenária, onde estiveram realizando apontamentos que se tornaram objetivos e metas, e nortearam este documento.



Além do estudo, realizamos fóruns com o objetivo de obter a participação da comunidade escolar e dos pais, os quais juntamente com os gestores são os responsáveis pela busca de um ensino de qualidade.

Foram realizadas quatro reuniões, sendo duas em escolas estaduais, e duas municipais, dentre as quais, uma foi em uma escola situada na zona rural.

Nestas reuniões, estivemos abordando temas de interesse direto do aprendizado dos educandos, e temas com o intuito de promover cada vez a participação dos pais no âmbito escolar, mas fazendo com que os mesmos refletissem sobre esta necessidade.

Além do tema gestão democrática, abordamos situações, as quais permeiam diretamente o planejamento para o ano de 2015, como: o ambiente educativo, escolas em tempo integral, e a nucleação em escolas do núcleo rural, sendo este um assunto abordado no fórum realizado em uma escola rural.

Após a realização destes fóruns, realizamos duas reuniões, sendo uma com os docentes e gestores, a fim de apresentarmos uma síntese do documento, oportunizando momentos para apontamentos e esclarecimentos.

A segunda reunião, com o mesmo teor e direcionamento, foi realizada com os representantes de entidades e conselhos, relacionados a educação.

E finalizando, foi apresentado em conferencia o documento do PME, analisado e revisado.

A busca por uma gestão participativa tem sido cada vez mais presente em nossos preceitos, e durante a realização destas reuniões, observamos que também é

almejado pelos pais, e envolvidos, que esta democracia acontecera quando a própria comunidade perceber a importância de sua participação no ensino e aprendizagem dos alunos e no desenvolvimento das unidades escolares.



VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de ensino do município de Jacupiranga tem buscado cada vez mais a excelência de seu ensino e aprendizagem, com ações legais e objetivas, que acreditamos serem positivas, resultando no avanço quanto ao índice do IDEB.

Atribuimos este resultado a apresentação de metas claras e possíveis, dentre outros fatores que facilitam a atingir nossos alvos.

Ressalta-se que, após sua aprovação, o PME responderá às expectativas e especificidades da educação para atender à comunidade nos próximos dez anos, de forma articulada com o PNE, e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96.

O Departamento Municipal de Educação, órgão responsável pela gestão da política pública de educação, compete cumprir, monitorar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do PME, assim como garantir o suporte técnico e administrativo para as ações, fortalecendo o regime de colaboração.

Ao Conselho Municipal de Educação do município cabe, enquanto órgão normativo do sistema, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação.

A partir da aprovação do presente PME, deverão realizadas, periodicamente, ações estratégicas de acompanhamento e avaliação, tais como: seminários, encontros de educadores municipais, audiências públicas e conferências municipais.

Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia.





PREFEITURA MUNICIPAL JACUPIRANGA

